

NO RASTRO DOS MBANGALAS

REVISITANDO AS FONTES COLONIAIS E A HISTORIOGRAFIA, SÉCULO XVII E ALÉM

Estevam C. Thompson*  

Universidade de Brasília

Os mbangalas eram grupos de guerreiros africanos que vagavam pelo interior dos chamados “reinos” de Angola e Benguela desde a segunda metade do século XVI. Esses guerreiros nômades não possuíam associação por linhagem e se organizavam principalmente em torno de uma instituição militar e religiosa chamada “*kilombo*”; assim, as práticas mbangalas podem também ser consideradas parte de um “culto marcial”. Diferente de outras comunidades tradicionais do interior da África Centro-Occidental, que baseavam sua autoridade e organização política na veneração de ancestrais através de rituais que exaltavam as linhagens e estruturas de poder de parentesco, o *kilombo* dos mbangalas estruturava-se em torno de rituais de iniciação e da negação das linhagens. O chefe de um grupo mbangala precisava provar o seu poder e suas habilidades militares liderando seus guerreiros em sequestros ritualísticos de gado e pessoas de outros grupos e presidindo rituais de sacrifício de animais e seres humanos.¹

Embora muito já se tenha escrito sobre os mbangalas, existe ainda uma grande cacofonia sobre sua composição.² Eles são frequentemente confundidos

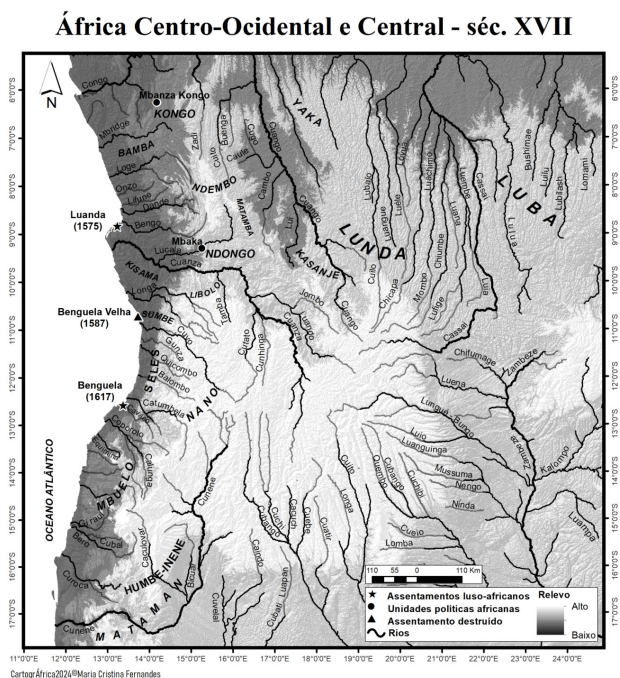
* Professor de História da África, Universidade de Brasília. Agradeço aos revisores anônimos da Afro-Ásia por suas sugestões.

1 Para mais sobre sequestros ritualísticos de gado e pessoas, ver Marta Salokoski, “How Kings are Made – How Kingship Changes: A Study of Rituals and Ritual Change in Pre-Colonial and Colonial Owamboland, Namibia” (PhD Dissertation), University of Helsinki, Helsinki, 2006, pp. 117-131; Thomas J. Desch-Obi, *Fighting for Honor: The History of African Martial Art Traditions in the Atlantic World*, Columbia: The University of South Carolina Press, 2008, pp. 16-25; Joseph C. Miller, “Angola central e sul por volta de 1840”, *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 32 (1997), p. 20.

2 Neste artigo, faço uso do termo “mbangala” em referência a todos os guerreiros dos diversos *kilombos* da África Centro-Occidental, e do termo “imbangala” principalmente para aqueles de Kasanje, como explicado mais adiante.

com outros grupos de guerreiros africanos devido a algumas similaridades superficiais na forma de guerrear e ao preconceito de marinheiros e missionários portugueses que amalgamavam guerreiros de diferentes origens em um mesmo grupo de “africanos canibais”. É necessário, portanto, revisitar as fontes e a historiografia sobre os mbangalas para que possamos clarificar as diferenças entre esses guerreiros de outros “canibais” que povoavam o imaginário e os relatos dos portugueses em terras africanas.³

Mapa 1: África Centro-Occidental e Central, século XVII



Fonte: CartogrÁfrica. Mapa desenhado especialmente para este artigo a partir de dados do autor.

3 Para mais sobre a presença dos mbangalas em Benguela e sobre suas migrações na África Centro-Occidental, ver Estevam C. Thompson, “The Making of Quilengues: Violence, Enslavement and Resistance in the Interior of Benguela, 1600-1830” (PhD Dissertation in African History), York University, Toronto, 2021, pp. 126-139.  Ver também Jan Vansina, *How Societies are Born: Governance in West Central Africa before 1600*, Charlottesville and London: University of Virginia Press, 2004, p. 197, nota 109.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer a diferença entre os mbangalas e os jagas, outro grupo de “guerreiros canibais” que invadiram o Kongo na segunda metade do século XVI e cujo nome tornou-se um rótulo luso-africano regularmente utilizado para identificar seus inimigos africanos (“os jagas”), tendo também se tornado título de autoridade para os líderes mbangalas (“Jaga”)⁴, como no caso do Jaga Kasanje.⁵ O segundo problema historiográfico está relacionado às supostas conexões entre os “mbangalas de Kasanje” e os povos da Lunda através do herói mítico “Kinguri”. Esses guerreiros do *kilombo* de Kasanje, os “mbangalas”, são frequentemente considerados o grupo mbangala “original”. Segundo tradições orais recolhidas no século XIX, esses guerreiros teriam partido das terras da Lunda com Kinguri e, após séculos circulando pelo interior do “reino” de Angola, seus descendentes se assentaram na margem esquerda (ocidental) do rio Cuango, onde fundaram o *kilombo* de Kasanje.

A queda do “êxodo de Kinguri” colocou em xeque a cronologia estabelecida para várias unidades políticas da África Central, como Lunda, Chokwe (Quioco), Songo, Shinje e Minungo. Isso ocorre porque a suposta emigração dos “mbangalas de Kasanje” a partir da Lunda (como seguidores de Kinguri), e o posterior contato com os portugueses, serviram de referências históricas para a elaboração dessas cronologias. Assim, a queda do mito sobre o “êxodo de Kinguri” e sua exposição como uma adição oitocentista às tradições orais lunda comprometeu as análises prévias sobre as “origens” e a composição daqueles identificados na historiografia como os “mbangalas” (Kasanje). A queda de Kinguri há também de servir como alerta aos historiadores sobre a complexidade de trabalharmos com as tradições orais africanas e os perigos de validarmos acriticamente

4 Optei pelo uso do termo “Jaga” com letra maiúscula ao tratar do título para o chefe do *kilombo* mbangala para marcar a diferença entre esse e os demais guerreiros “jagas” que aparecem na documentação e em grande parte da historiografia.

5 Para uma revisão recente sobre a história dos jagas que invadiram o Kongo no século XVI, ver John Thornton, “New Light on the ‘Jaga’ Episode in the History of Kongo (1567-1698)”, *Cahiers d’Études Africaines*, n. 247 (2022), pp. 441-459 .

tais tradições como eventos históricos sem uma completa compreensão sobre sua gênese⁶.

Sobre jagas e mbangalas

Os guerreiros mbangalas que vagavam pelo interior dos chamados “reinos” de Angola e Benguela durante os séculos XVII e XVIII são frequente e erroneamente chamados de “jagas” em diversos relatos históricos e em parte da historiografia.⁷ A confusão entre esses dois grupos de guerreiros da África

- 6 Para uma análise sobre os usos políticos das tradições orais dos povos da Lunda e seus vizinhos, e sobre a elaboração de uma metanarrativa das origens e conexões entre essas diferentes tradições, ver David M. Gordon, “The Quotidian Politics of a Love Story: Researching, Assembling, and Mobilizing the Lunda Legend in the Late Nineteenth Century”, *The Journal of African History*, n. 64 (2023), pp. 209-228 .
- 7 Não cabe neste artigo (tanto devido ao seu objetivo, quanto pelo espaço necessário) fazer um levantamento de todos os trabalhos historiográficos que adicionam à cacofonia entre “jagas” e “mbangalas”, uma vez que esse é um problema bastante recorrente na historiografia, tanto no Brasil quanto no exterior. Joseph C. Miller, “Requiem for the Jaga”, *Cahiers d'études africaines*, v. 13, n. 49, 1973, p. 121, mostrou que historiadores como Robert Collins (1971) ainda reproduziam o mito proveniente do século XVI de que os jagas, depois da invasão do Kongo, marcharam para o sul de Angola para se tornarem grupos de mbangalas. Collins nunca revisou esta informação e reproduziu o mesmo erro histórico criticado por Miller em sua publicação mais recente: Robert O. Collins, *African History in Documents: Central and South African History*, 5ª edição, Princeton: Markus Wiener Publishers, 2015, pp. 5-6. Como mostra Fábio Baqueiro Figueiredo, “Tradição, invenção, história: notas sobre a ‘controvérsia Jaga’”, *Perspectiva Histórica*, n. 8 (2016), pp. 77-78, essa confusão entre “jagas” e “mbangalas” pode ser encontrada também em debates históricos no Brasil, especialmente em relação ao Quilombo dos Palmares . Por exemplo, Mbuta Zawua, “Angola-jaga ou Angola-pequena: a primeira experiência do estado-nacional?”, *Anais do IV Seminário Pensando África e suas Diásporas*, v. 2, n. 1 (2016), p. 101, refere-se a um único grupo étnico ao qual chama de “Mbangalas-Imbangalas-Jagas” . Outro exemplo pode ser encontrado na conceituada obra de Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul, séculos XVI e XVII*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 89, em que ele afirma que “os bandos jagas” eram “oriundos do povo imbangala”. No caso de José Rivair Macedo, “Jaga, Cannibalism and the ‘Guerra Preta’: the Mbanga, between the European myth and the Social Realities of Central Africa in the XVII Century”, *História*, São Paulo, v. 23 (2013), pp. 53-78, ele começa seu texto explicando quem eram os guerreiros jagas que invadiram o Kongo no século XVI, mas logo se volta para uma discussão sobre os mbangalas sem marcar a diferença entre ambos os grupos e associando-os ao conceito luso-africano de “guerra preta” . Em exemplo mais recente, Mariana Bracks Fonseca, “Nzinga Mbandi contra a colonização portuguesa

Centro-Ocidental se deveu à combinação de diferentes relatos de portugueses e luso-africanos sobre ataques “sangrentos” perpetrados por guerreiros africanos no Kongo e no “reino de Angola”, mas também em outras partes do continente africano. Deste modo, por séculos, os jagas e os mbangalas acabaram sendo tratados como um mesmo grupo, levando a interpretações equivocadas sobre suas identidades, “origens” e composições.⁸

Os guerreiros jagas ganharam notoriedade ao invadir Mbanza-Kongo em 1568, forçando o *mani-Kongo* a fugir com sua corte.⁹ Para purgar sua capital desses invasores, o soberano africano se viu forçado a requisitar ajuda dos seus aliados cristãos em Luanda, bem como de comerciantes da ilha de São Tomé.¹⁰ Os jagas adentraram o reino do Kongo vindos do

de Angola”, *Temporalidades*, v. 6, n. 1 (2014), pp. 113-124, faz uso indiscriminado do termo “jaga”, produzindo expressões imprecisas como “kilombos Jagas” (p. 114), “Jagas como mercenários” (p. 118), “parceria militar entre portugueses e Jagas” (p. 119), além de associar os “Jagas” a Temba Ndumba (p. 121). Fonseca ainda afirma que “Para garantir êxito nas operações militares e aumentar o fluxo de escravos, alguns governadores portugueses se aliaram a bandos Jagas, guerreiros nômades que viviam de saques e razias às comunidades Mbundo” (p. 118), sendo essa uma óbvia referência aos mbangalas. Outros exemplos similares podem ser encontrados em sua tese de doutorado, intitulada “Ginga de Angola: memórias e representações da rainha guerreira na Diáspora” (Tese de doutorado), USP, São Paulo, 2018.

- 8 Essa confusão entre “jagas” e “mbangalas” pode também ser encontrada na historiografia colonial do século XIX. Por exemplo, José Joaquim Lopes de Lima, *Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas na África Occidental e Oriental; Ásia Occidental; China, e na Oceania*, v. 3, Lisboa: Imprensa Nacional, 1846, p. xxxv, nota 1, define os jagas (“jacas”) como nômades oriundos do interior da África que vivem “sempre em guerra, transportando de uma à outra parte os seus arraiais, a que chamam *quilombos*, governados por uma chefe a quem obedecem cegamente, e lhe dão por excelência o título de *jaga*” (ortografia modernizada).

- 9 Pigafetta, *A Report of the Kingdom of Kongo*, 96-98.

- 10 Em 1570, os portugueses enviaram o capitão Francisco de Gouveia para ajudar as forças do *mani-Kongo* a expulsar os jagas: Manuel Ferreira Ribeiro, *Homenagem aos heróis que precederam Brito Capello e Roberto Ivens na exploração da África Austral, 1484-1877*, Lisboa: Lalléant Freres, 1885, pp. 8-9; Luciano Cordeiro, *Viagens, explorações e conquistas dos portugueses: da Mina ao Cabo Negro, segundo Garcia Mendes Castello Branco. Coleção de documentos, 1574-1620*, v. 1, Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, p. 9. De acordo com Pigafetta, *A Report of the Kingdom of Congo*, p. 97, comerciantes de escravos portugueses (em sua maioria de São Tomé) lucravam muito com a captura daqueles que fugiam do conflito. Ver também John K. Thornton, “The Art of War in Angola, 1575-1680”, *Comparative Studies in Society and History*, v. 30, n. 2 (1988), pp. 373-375; Figueiredo, “Tradição, invenção, história”, p. 73.

Leste, a partir das terras de Yaka, na margem oriental do rio Cuango.¹¹ No caso dos “Imbangalas de Kasanje”, eles alegavam ter suas origens na Lunda, também localizada a leste do rio Cuango, porém ao sul de Yaka. Essa aparente origem comum, em terras a leste do Cuango, serviu de ponto inicial para o amalgamento dos invasores do Kongo e dos guerreiros dos *kilombos* em um só grupo de “canibais”.

As tradições orais sobre as origens dos “imbangalas de Kasanje” a leste do Cuango contam sobre o êxodo de Kinguri (*nguri* = leão), que partiu da Lunda com seus seguidores e vagou pelo interior do “reino” de Angola até estabelecer contato com os luso-africanos, a quem auxiliou em suas guerras. Mais tarde, os descendentes de Kinguri teriam fundado um *kilombo* permanente na margem ocidental do rio Cuango, onde se tornariam conhecidos como os “imbangalas de Kasanje”.

Os diversos grupos mbangalas, no entanto, só se tornaram ameaça às populações vivendo no interior do “reino” de Angola (Ndongo) décadas depois do desaparecimento dos jagas que invadiram Mbanza-Kongo. Assim, a maioria das menções aos “jagas” nos séculos XVII e XVIII deve ser entendida como referências a diferentes grupos de guerreiros mbangalas. Os portugueses se referiam genericamente aos mbangalas como “jagas” devido a algumas semelhanças entre os dois grupos. Ambos eram descritos como “guerreiros habilidosos e vorazes”, vindos do Leste, que invadiram territórios ocidentais, saqueando e queimando as vilas que encontravam pelo caminho. Em ambos os casos, esses invasores romperam com a ordem social vigente e criaram ondas de refugiados que se espalharam pelo interior da África Centro-Occidental. Acima de tudo, ambos os grupos eram acusados de devorar grande parte de seus inimigos e prisioneiros de guerra.

11 Em Pigafetta, *A Report of the Kingdom of Congo*, p. 96, encontra-se a informação de que os jagas haviam invadido o Kongo através da “província” de Mbata (“Batta”). Para uma versão seiscentista sobre a invasão do reino do Kongo pelos jagas, ver António de Oliveira de Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas, 1680*, v. 1, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, [1680] 1972, pp. 12-13, nota 1. Para uma discussão recente sobre as invasões jagas, ver John K. Thornton, *A History of West Central Africa to 1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020, pp. 74-83; Thornton, “A New Light on the ‘Jaga’ Episode”, pp. 441-459.

Relatos sobre “canibais africanos” eram frequentemente usados por traficantes como um argumento a favor do comércio atlântico de escravos. Eles justificavam sua atividade comercial como sendo um destino misericordioso para aqueles prisioneiros de guerra condenados a ser devorados.¹² Assim, apologistas do tráfico argumentavam que os cativos que eles vendiam teriam um destino melhor nas mãos de traficantes europeus do que nas mãos dos africanos que os haviam capturado.¹³

Apesar das tentativas por parte de escritores e intelectuais europeus de naturalizar o canibalismo como uma prática cultural comum entre os povos africanos, o ato de devorar um inimigo, por exemplo, não era bem aceito em muitas sociedades africanas.¹⁴ De fato, o canibalismo era considerado um tabu e um crime hediondo pela maior parte das sociedades africanas, como no caso do Kongo.¹⁵ Portanto, podemos desconsiderar descrições portuguesas

12 Segundo Miller, “Requiem for the Jaga”, pp. 133-134, tanto os mercadores de escravos quanto os oficiais coloniais usavam o “canibalismo africano” para defender a moralidade do comércio de escravos apontando para “a barriga do ‘Jaga’ como o único destino alternativo” para aqueles capturados nas guerras. Ver também Isabel Castro Henriques, *Os Pilares da Diferença: Relações Portugal-África, séculos XV-XX*, Lisboa: Caleidoscópio, 2004, pp. 239-240; António Luis Alves Ferronha, “Comentário: uma questão de olhar” in Filippo Pigafetta, *Relação do Reino do Congo e das terras circunvizinhas* (Lisboa: Alfa, 1989), p. 130.

13 Esse é precisamente o argumento utilizado, em 1838, por um apologista anônimo do comércio de escravos no Brasil. Na primeira página de sua defesa ao comércio de escravos, Anônimo, *Memória sobre o commercio de escravos, em que se pretende mostrar que este tráfico he para elles, antes hum bem do que hum mal*, Rio de Janeiro: Typographia Villeneuve e Cia, 1838, p. 5, afirma que “Todos sabem que a maior parte das nações africanas vivem em contínuas guerras; que tratam seus prisioneiros com a última barbaridade, e que, finalmente, quando não podem, ou não tem meios de os vender, passam todos ao fio da espada e, para opróbio da humanidade, em algumas partes os cortam no açougue como se fossem irracionais, e não se envergonham de terem o infame e repugnante costume de comprarem e comerem a carne de seus semelhantes [...] De que maiores vantagens não gozam os negros que, sendo feitos prisioneiros, são vendidos às nações cultas e civilizadas!”

14 David Birmingham, *Central Africa to 1870: Zambezia, Zaire and the South Atlantic*, Cambridge: Cambridge University Press, 1981, p. 34, destaca que alguns antropólogos que estudam os mbangalas tendem a tratar suas práticas de canibalismo como uma característica cultural fixa e que pode ser rastreada às suas origens.

15 Em 1613, o *mani*-Kongo reclamava que os governadores de Angola estavam enviando “jagas” (ou seja, mercenários mbangalas) para suas terras em busca de cativos para exportar: Joseph C. Miller, “The Imbangala and the Chronology of Early Central African History”, *The Journal of African History*, v. 13, n. 4 (1972), p. 566. Em 1617, ele também escreveu ao Vaticano com reclamações de que os portugueses estavam

de africanos se deleitando com a carne de suas vítimas, assim como representações de açougues de carne humana.¹⁶ Essas são histórias exageradas e fantasiosas que tinham como objetivo evidente confirmar os preconceitos europeus sobre a suposta “selvageria” dos povos africanos.¹⁷

As fontes documentais para o estudo dos mbangalas

Existem diversas fontes documentais entre os séculos XVII e XIX que reportam sobre as atividades dos guerreiros mbangalas no interior da África Centro-Occidental. Elas variam entre tradições orais africanas, relatórios de militares e missionários, cartas de governadores, fontes cartográficas,

caçando escravos em seu reino com a ajuda dos “giagas”, novamente uma referência aos mercenários mbangalas. O *mani*-Kongo ainda alertou o Papa Paulo V que seus fiéis cristãos estavam se aliando a uma “nação de gente tão bárbara” que se alimentava de carne humana: “Carta do Rei do Congo a Paulo V”, n. 100 (25 de dezembro de 1617) in Antônio Brásio (ed.), *Monumenta Missionaria Africana: África Ocidental, 1611-1621*, 1ª série, v. 6, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955, p. 290. Tais reclamações partidas de regentes do Kongo podem ser encontradas ao longo do século XVII. Ver também Thornton, *A History of West Central Africa to 1850*, p. 138; Macedo, “Jaga, Cannibalism and the ‘Guerra Preta’”, pp. 63-64.

- 16 De acordo com Pigafetta, *A Report of the Kingdom of Congo*, p. 28, os jagas possuíam açougues de carne humana, onde expunham os inimigos mortos em batalha. Quando conseguiam aferir um bom preço, eles vendiam esses prisioneiros de guerra para os portugueses, caso contrário, preferiam entregá-los ao seu “açougueiro”, que os cortava em pedaços e os vendia para consumo, assados ou cozidos. Segundo outra descrição datada de 1630, os mbangalas tinham “açougues públicos de carne humana” onde consumiam aqueles que não eram vendidos. Ver o documento intitulado “A Angola Portuguesa e as regiões circunvizinhas: descrição topográfica e histórica da ocupação portuguesa” (c. 4 de agosto de 1630): Heintze, *Fontes para a história de Angola do século XVII*, v. 1, p. 212. Ver também Henriques, *Os Pilares da Diferença*, pp. 235-236; Macedo, “Jaga, Cannibalism and the ‘Guerra Preta’”, pp. 6-8.
- 17 Ver, por exemplo, o relato do médico e abolicionista Thomas Masterman Winterbottom, *An account of native Africans in the neighborhood of Sierra Leone*, v. 1, London: Whittingham, 1803, p. 166. Philip Curtin, *The Image of Africa*, London: MacMillan, 1965, p. 210, desconsiderou a maioria dos relatos de viajantes europeus sobre práticas africanas de canibalismo, afirmando que os povos que conheceu em Sierra Leone aparentavam ficar horrorizados quando questionados sobre tais práticas. Apesar dos exageros nos relatos de estrangeiros sobre a prática entre africanos, isso não significa que ela não existisse em algumas regiões, sendo ainda essa prática documentada entre várias populações para além do continente africano, ver Timothy Taylor, *The Buried Soul: How Humans Invented Death*, Boston: Beacon Press, 2002, pp. 64-76.

memórias de exploradores e mercadores de escravos, além de trabalhos de historiadores coloniais desse período. Dentre elas, as tradições orais africanas se destacam por sua evidente proximidade com o objeto estudado, trazendo as vozes africanas ao invés das narrativas eurocêntricas das demais fontes. Por esse motivo, essas tradições orais são fontes centrais para escrever a história desses guerreiros nômades.

As principais fontes orais utilizadas para escrever sobre os “imbangalas de Kasanje” foram recolhidas pelos exploradores portugueses António Rodrigues Neves (1850) e Henrique Dias de Carvalho (1886).¹⁸ Existem outras tradições orais referentes aos “imbangalas da Matamba”, recolhidas pelo missionário capuchinho Giovanni Cavazzi, em meados do século XVII, quando em companhia da rainha Njinga. Como veremos mais adiante, enquanto as duas primeiras versões (recolhidas por Neves e Carvalho) são complementares (ambas sobre o “êxodo de Kinguri”), as tradições recolhidas por Cavazzi não têm relação alguma com aquelas duas.

No caso das fontes escritas, certamente a mais significativa é a reminiscência pessoal do mercenário inglês Andrew Battell, o único europeu a viver com os mbangalas (e a sobreviver à experiência para contar sua história), tendo comercializado escravos e lutado ao lado deles na virada do século XVI para o XVII. Battell era um traficante europeu que, após aprisionado pelos portugueses por contrabando, foi forçado a trabalhar em suas caravanas de escravos no interior de Benguela-a-Velha.¹⁹ Em uma dessas empreitadas para aquisição de escravos, a caravana da qual Battell

18 Existem versões em língua alemã dessas tradições orais recolhidas por geógrafos-exploradores que visitaram a capital da Lunda na década de 1870, mas são anotações mais curtas e sem tantos detalhes: Paul Pogge, *Im reiche des Mwato Jamwo* (Berlin, 1880), pp. 224-225; Otto H. Schütt, *Reisen im südwestlichen Becken des Congo nach den Tagebüchern und Aufzeichnungen des Reisenden* (Berlin: Verlag Von Dietrich Reimer, 1881), pp. 82-83; Max Buchner, “Das Reiche des Muatamvo und seiner Nachbarländer”, *Deutsche Geographische Blätter*, n. 6 (1883): pp. 56-67. Gordon, “The Quotidian Politics of a Love Story”, pp. 213-214, acredita que Carvalho teve acesso a essas obras antes de escrever sua versão.

19 Benguela-a-Velha foi a primeira investida portuguesa para abrir um entreposto ao sul do rio Cuanza (1587), mas foi destruída por guerreiros africanos pouco após sua fixação. Durante os séculos XVII e XVIII, tornou-se um ponto de embarque “alternativo” de escravos. Atualmente, chama-se Porto Amboim.

fazia parte encontrou um grupo de guerreiros mbangalas, liderados pelo “Jaga” Kalandula, tentando atravessar o rio Cuvo. Segundo o relato do mercenário europeu, os portugueses ajudaram os mbangalas a atravessar o rio e passaram a adquirir escravos de *kilombos* da região.²⁰

Em outra oportunidade, a caravana de Battell entrou em contato com o *kilombo* liderado por um “Jaga” chamado Mofarigosat. Esse grupo, segundo Battell, nunca tinha visto “homens brancos” e seu líder convidou os estrangeiros para o acompanhar na captura de escravos. Depois de alguns dias, os traficantes portugueses pediram autorização ao “Jaga” para partir, mas esta lhes foi negada. Os portugueses, então, ofereceram deixar Battell com os mbangalas como garantia de seu retorno e, assim, Battell se tornou um “visitante compulsório” no *kilombo* de Mofarigosat.

Sabendo que os portugueses não retornariam e temendo pelo seu futuro, Battell resolveu fugir e se refugiar em outro *kilombo*, com o qual já tinha feito negócios anteriormente. Ele viveu nesse *kilombo* por meses, viajando e lutando por diversas partes do interior. Na companhia desses mbangalas, o mercenário europeu visitou várias comunidades locais e conheceu seus soberanos, incluindo Cashel, Calicassamba, Calango, Makellacolonge, Shillambanza e o poderoso Cafuxe. Battell e seu mosquete se tornaram valiosas adições ao *kilombo* e, segundo seu relato, ele se tornou respeitado entre os mbangalas, tendo inclusive a sua vida salva por seus novos companheiros-em-armas.

Esse impressionante relato de Battell sobre sua estadia com os mbangalas foi publicado no início do século XVII pelo clérigo anglicano Samuel Purchas,²¹ e reeditado no início do século XX pelo geógrafo alemão

20 Samuel Purchas, *Purchas His Pilgrimage*, 2nd ed., London: Printed by William Stansby for Henrie Fetherstone, 1614, pp. 694-704; Ernest G. Ravenstein, *The Strange Adventures of Andrew Battell of Leigh, in Angola and the Adjoining Regions*, London: The Hakluyt Society, 1901. Ver também Gladwyn M. Childs, “The Peoples of Angola in the Seventeenth Century According to Cadornega”, *The Journal of African History*, v. 1, n. 2 (1960), p. 272; Miller, “The Imbangala and the Chronology of Early Central African History”, pp. 564-566; David Birmingham, “The Date and Significance of the Imbangala Invasion of Angola”, *The Journal of African History*, v. 6, n. 2 (1965), pp. 148-149.

21 Purchas, o primeiro editor de Battell, apresentou diferentes versões para a descrição do mercenário inglês sobre sua estadia entre os mbangalas nas diversas edições de

Ernest Ravenstein.²² Sua importância historiográfica para o estudo dos mbangalas é indiscutível, pois marca a presença desses guerreiros em terras ao sul do rio Cuanza antes do século XVII, contrapondo-se às outras fontes orais, como veremos mais adiante. Além disso, ele nos serve também de referência para a longevidade da crença de que mbangalas e jagas faziam parte do mesmo grupo de guerreiros, uma vez que ambos os editores do relato de Battell fizeram adições e ponderações sobre a existência de ambos os grupos e suas relações.

Purchas acreditava, em concordância com o imaginário europeu de sua época, que os mbangalas e os jagas fossem o mesmo grupo, e que eles tinham relações próximas com outros grupos de “guerreiros canibais” originários de uma “nação de selvagens” do interior da África. Para ele, os jagas/mbangalas partiram do Kongo depois da destruição daquela capital e marcharam (por décadas) até chegar a Serra Leoa (a quase 4.000km de distância pela costa), onde praticaram a mesma destruição vista no Kongo, tendo se tornado localmente conhecidos como “manes” ou “sumbas”.²³

Ravenstein concordava com Purchas de que os jagas (também conhecidos como “bangalas”, segundo ele) eram grupos de guerreiros predadores e devoradores de carne humana que invadiram e destruíram os territórios de povos agrícolas em Angola. No entanto, ele considerava a teoria de que esses “guerreiros canibais” (juntamente com zimbas, gindes, galas e sumbes) faziam parte de uma mesma “nação de selvagens” do interior do continente africano uma “confusão absurda”. Ravenstein afirmou,

seu livro. Para mais informações sobre essas diferentes versões, ver Hugh George Rawlinson, *Narratives from Purchas his Pilgrimes*, Cambridge: Cambridge University Press, 1931; Jared Staller, “Rivalry and Reformation Politics: Reflections on Andrew Battell’s Jaga Materials Printed by Samuel Purchas from 1613 to 1625”, *History in Africa*, v. 43 (2016), pp. 7-28 . Jan Vansina, “On Ravenstein’s edition of Battell’s Adventures in Angola and Loango”, *History in Africa*, v. 34 (2007), p. 345, tece uma crítica aos historiadores do século XX por basearem todo o seu conhecimento sobre esse episódio na edição de Ravenstein (1901), nunca checando as diversas versões candidas nas obras de Purchas (1613, 1614, 1617, 1619, 1625, 1626, 1905) .

22 Ravenstein, *The Strange Adventures of Andrew Battell of Leigh*.

23 Purchas, *Hakluytus Posthumus*, v. 9, p. 266. Ver também Vansina, “On Ravenstein’s edition of Battell’s Adventures in Angola and Loango”, p. 345.

ainda, que o termo “Jaga” era na verdade um título usado para identificar os líderes de hordas compostas por indivíduos de origens diversas e que esse título era usado pelos “bangalas” para inspirar terror no coração das “tribos pacíficas” que com eles se deparavam.²⁴

Morte e ressurreição dos jagas

A questão sobre a diferença entre jagas e mbangalas tornou-se matéria de um importante debate historiográfico entre alguns dos maiores estudiosos de Angola da segunda metade do século XX. Esse debate acadêmico levou ao entendimento de que a grande maioria das referências documentais sobre os “jagas” no século XVII e XVIII relacionavam-se a diferentes grupos de guerreiros mbangalas espalhados por diversas partes da África Centro-Occidental, não havendo conexão desses com os guerreiros jagas que invadiram o reino do Kongo em 1568.

Na década de 1960, David Birmingham e Jan Vansina debateram intensamente as distinções entre jagas e mbangalas.²⁵ Na década seguinte, a pesquisa de doutoramento de Joseph Miller sobre os mbangalas, realizada entre 1969-1970 sob orientação de Vansina, confirmou as diferenças entre ambos.²⁶ Miller mostrou que similaridades superficiais entre diferentes grupos de guerreiros africanos haviam se tornado “pseudo-evidências” para sua origem comum, apontando para o fato de que as representações europeias preconceituosas em relação aos povos africanos tiveram papel importante na consolidação dos mitos a respeito

24 Ravenstein, *The Strange Adventures of Andrew Battell of Leigh*, pp. 149-153; Vansina, “On Ravenstein’s edition of Battell’s Adventures in Angola and Loango”, p. 344.

25 David Birmingham, *Trade and Conflict in Angola: The Mbundu and Their Neighbours Under the Influence of the Portuguese, 1483-1790*, London: Oxford University Press, 1966, pp. 64-65; Jan Vansina, “More on the Invasions of Kongo and Angola by the Jaga and the Lunda”, *The Journal of African History*, v. 7, n. 3 (1966), pp. 421-429. Para uma análise deste debate, ver Figueiredo, “Tradição, invenção, história”, pp. 77-83;

26 Joseph C. Miller, “Kings and Kinsmen: The Imbangala Impact on the Mbundu of Angola” (Tese de doutorado), University of Wisconsin, Madison, 1972.

desse supostos “guerreiros canibais”. Miller argumentou, ainda, que todos os relatos sobre aparições de “jagas” ao sul do rio Cuanza eram, na verdade, referências a grupos mbangalas. Deste modo, Miller demonstrou que o termo “jaga” no Kongo do século XVI não significava o mesmo que em Angola no século XVII.²⁷

Historiadores especializados na história do reino do Kongo, como John Thornton e Anne Hilton, congratularam Miller por separar de forma clara os jagas dos mbangalas, após séculos de confusão.²⁸ Tornou-se claro também que muitos dos elementos presentes nos relatos sobre os “jagas” originavam-se de preconceitos e imagens contemporâneas sobre a África e seus habitantes.²⁹

Em meio ao processo de distingui-los dos mbangalas, no entanto, Miller foi mais longe e praticamente “eliminou” os jagas da história do Kongo. Em um artigo controverso, publicado em 1973, o historiador analisou relatos de marinheiros e missionários europeus sobre os jagas do Kongo e concluiu que tais relatos não passavam de ficção.³⁰ Na sua opinião, comerciantes de escravos operando no Kongo e Angola haviam inventado o mito dos “guerreiros canibais jagas” para justificar a óbvia disparidade entre os grandes números de indivíduos capturados no interior e o reduzido número oficialmente declarado de escravos nas alfândegas das regiões costeiras. Segundo Miller, aqueles que faltavam nessa conta haviam sido exportados ilegalmente, ou seja, sem o pagamento das devidas taxas e fora da cota, mas os comerciantes alegavam que tal discrepância entre

27 Miller, “Requiem for the Jaga”, p. 121. Ver também Heintze, *Fontes para a história de Angola do século XVII*, v. 1, p. 7.

28 Thornton, “A Resurrection of the Jaga”, p. 223.

29 Anne Hilton, “The Jaga Reconsidered”, *The Journal of African History*, v. 22, n. 2 (1981), pp. 191-202.

30 Miller, “Requiem for the Jaga”, p. 121, argumentou que poucos mitos sobre a África e os africanos tiveram tanta repercussão com base em tão pouca evidência quanto aqueles sobre as invasões “jagas” no Kongo e sua presença em Angola. Uma análise cuidadosa das fontes lhe sugeria que os “jagas” nunca existiram para além do imaginário de missionários e funcionários do governo, que teriam criado esse mito sobre os “guerreiros canibais” para justificar e esconder suas próprias atividades escravistas no continente africano.

capturados e vendidos era culpa dos “jagas”, argumentando que teriam devorado grande parte dos cativos.³¹

Miller considerava Duarte Lopes³², navegante e comerciante português do século XVI, como o grande divulgador do “mito dos jagas”, destacando o seu envolvimento no comércio de escravos no Kongo como a principal razão para o seu interesse na difusão de relatos sobre “guerreiros canibais”, assim como a exaltação da participação das armas portuguesas na expulsão dos invasores jagas de Mbanza-Kongo.³³

Além disso, Miller argumentou que esses relatos sobre as “invasões jagas” ganhariam um novo significado no final do século XIX, quando Portugal tentava estabelecer bases legais para suas reivindicações pelo monopólio do comércio na foz do rio Congo contra seus adversários europeus. A Coroa portuguesa defendia que o *mani*-Kongo, Dom Álvaro I, havia se tornado vassalo de Portugal após seu reino ter sido resgatado das invasões jagas pelas tropas de Gouveia na década de 1570.³⁴ Assim, os portugueses teriam interesse em divulgar histórias sobre o jagas do Kongo no século XIX, durante as disputas de “partilha” da África, para reforçar suas alegações de autoridade sobre o reino do Kongo e, portanto, sobre o comércio na foz do rio Congo.³⁵

Nesse artigo, Miller preteriu todos os relatos sobre as origens dos guerreiros jagas a leste do Kongo, e supunha que quaisquer invasores teriam partido de regiões dentro do próprio reino do Kongo, indicando outros centros de poder (como Nsundi e Mbata) como possíveis responsáveis pela invasão. Esses invasores internos teriam conseguido destruir Mbanza-Kongo com o auxílio de grupos locais, incluindo os “imbangalas

31 Miller, “Requiem for the Jaga”, p. 134.

32 Duarte Lopes serviu como embaixador do *mani*-Kongo em visita ao Papa Sisto V e a Dom Filipe II, soberano dos reinos ibéricos. Suas memórias sobre o Kongo foram recolhidas e publicadas pelo padre italiano Filipe Pigafetta em 1591.

33 Miller, “Requiem for the Jaga”, p. 148.

34 Para mais informações sobre o avassalamento do *mani*-Kongo depois da expulsão dos jagas, ver Beatrix Heintze, *Fontes para a história de Angola do século XVII*, v. 2, Stuttgart: Franz Weiner Verlag Wiesbaden GMBH, 1985, p. 85, nota 29. Ver também Cordeiro, *Viagens, explorações e conquistas dos portugueses*, v. 1, p. 9.

35 Miller, “Requiem for the Jaga”, p. 135.

da Matamba” e guerreiros de Tyo (tekes e anzikus) originários de terras próximas ao lago Malebo, no rio Congo.³⁶

Os especialistas na história do Kongo, no entanto, rebateram as suposições de Miller. Thornton publicou um artigo, em 1978, alegando que Miller tinha ido “um pouco longe demais” ao remover os jagas da história do Kongo.³⁷ Ele descartou a hipótese apresentada por Miller de que os guerreiros que invadiram Mbanza-Kongo poderiam ter partido da região de Tyo ou da Matamba (norte), em razão da trajetória que os invasores haviam trilhado. Afinal, os documentos relatam que as hordas invasoras passaram pela região de Mbata, a Leste de Mbanza-Kongo. Thornton argumentou, ainda, que não havia razão para duvidar que os invasores haviam partido das terras de Yaka, na margem oriental do rio Cuango.³⁸

Em obra recente (2020), Thornton afirma que os jagas que invadiram o Kongo no século XVI se originaram no império de Mwene-Muji, que à época controlava a margem direita (oriental) do rio Cuango. Esse império teria se rompido no século XVI, quando o reino de Yaka teria emergido a partir da porção sul de suas ruínas. O termo “jaga” passou, então, a ser usado por portugueses e luso-africanos para definir quaisquer grupos nômades (“*rootless people*”), incluindo grupos de guerreiros ao norte do rio Zaire/Congo (c. 1570) sem relação com os invasores do Kongo, semelhantemente aos mbangalas.³⁹

36 Miller, “Requiem for the Jaga”, pp. 130, 139-145; Hilton, “The Jaga Reconsidered”, p. 191. Ver também François Bontinck, “Un mausolée pour les Jaga”, *Cahiers d’Études africaines*, n. 79 (1980), pp. 387-389; David Birmingham, “Speculations on the Kingdom of Kongo”, *Transactions of the Historical Society of Ghana*, v. 8 (1965), p. 3; Vansina, “On Ravenstein’s edition of Battell’s Adventures in Angola and Loango”, p. 332.

37 Thornton, “A Resurrection of the Jaga”, p. 223. Para a resposta de Miller às críticas de Thornton, ver Joseph C. Miller, “Thanatopsis”, *Cahiers d’Études Africaines*, v. 18, n. 69/70 (1978), pp. 229-231.

38 Thornton, “A Resurrection of the Jaga”, pp. 223-224.

39 Thornton, *A History of West Central Africa to 1850*, pp. 75-76, 103-106, 113-114; Ver também John K. Thornton, “The Expansion of Lunda: A New Look at Motivations” in José Curto (ed.), *New Perspectives on Angola: From Slaving Colony to Nation State* (Peterborough: Baywolf Press, 2021), pp. 11-33; Thornton, “A New Light on the ‘Jaga’ Episode”, pp. 441-459.

Em 1981, Anne Hilton se envolveu diretamente nesse debate com Miller sobre os jagas do Kongo. Embora ela concordasse que muitas das descrições providas de marinheiros e missionários sobre esses jagas fossem fruto de estereótipos europeus sobre os povos africanos, a historiadora não considerava isso suficiente para afirmar que os jagas eram uma invenção europeia.⁴⁰ Hilton também rejeitou a participação dos “imbagalas da Matamba” na invasão liderada pelos jagas, destacando a ausência, nesse período, de uma rota de escravos entre Mbanza-Kongo e Matamba que, segundo Miller, poderia ter provocado uma disputa entre as partes.⁴¹ Além disso, Hilton reafirmou a validade da descrição de Lopes/Pigafetta sobre as invasões jagas pelo leste (através de Mbata), reforçando assim a posição defendida por Thornton.⁴²

Thornton e Hilton, portanto, rejeitaram a tese de Miller sobre o “mito jaga” como uma estratégia de comerciantes de escravos para melhorar a sua posição comercial ou tentando escapar do pagamento de taxas sobre suas exportações. Hilton lembrou que, na verdade, esses comerciantes haviam conquistado mais liberdade para comercializar escravos após a expulsão dos jagas do Kongo, uma vez que o *mani*-Kongo acabou por perder seu controle sobre os territórios da costa.⁴³

Os diferentes significados do termo “jaga”

Ao final do século XX, os historiadores especializados na África Centro-Ocidental haviam reinterpretado a participação dos jagas na história do

40 Hilton, “The Jaga Reconsidered”, p. 192.

41 Miller, “Requiem for the Jaga”, p. 140.

42 Hilton, “The Jaga Reconsidered”, pp. 193-195, argumentou que se o ataque tivesse partido de Matamba, Wandu teria sido a primeira povoação a ser saqueada, como aconteceu mais tarde no século XVII. Se o ataque tivesse partido de Makoko (Tyo), em contrapartida, Nsundi teria sido o primeiro alvo dos invasores, e não Mbata.

43 Hilton, “The Jaga Reconsidered”, p. 200-202. Ver também Vansina, “Long-Distance Trade-Routes in Central Africa”, *The Journal of African History*, v. 3, n. 3 (1962), p. 382.

Kongo, os distinguindo dos guerreiros mbangalas.⁴⁴ Eles concordavam que a maioria dos “jagas” descritos em documentos e mapas seiscentistas e setecentistas se referiam a diversos grupos de guerreiros mbangalas, organizados em diferentes *kilombos*, que se espalharam pelo interior dos “reinos” de Angola e Benguela. Ficou claro também que o termo foi historicamente ressignificado por portugueses, luso-africanos e pelos próprios africanos, tornando-se um título militar e de nobreza dos líderes dos *kilombos*.

Historiadores portugueses do período colonial sabiam (com base em séculos de informação) que os tais “jagas” que circulavam em Angola desde o século XVII não compunham uma “família distinta” (ou seja, uma etnia), mas um “coletivo de indivíduos de diferentes tribos” reunido sob o controle de um líder guerreiro e “treinados para fazer a guerra, e nada mais”.⁴⁵ Ravenstein (segundo editor de Battell), entendia que o termo “jaga” (“jaka” em sua grafia) não era o nome de um povo (ou etnia), mas sim um título militar.⁴⁶ O uso deste título teria sido apropriado pelos líderes mbangalas após estabelecerem contatos com os luso-africanos, que os chamavam a todos de “jagas”.

De fato, os portugueses tinham a tendência de aplicar o nome de inimigos com quem tiveram conflitos mais antigos a todos os outros com

44 Por exemplo, John K. Thornton, *Warfare in Atlantic Africa, 1500-1800*, London: UCL Press, 1999, pp. 101-102; Paulo Jorge de Sousa Pinto, “Em torno de um problema de identidade: os ‘Jagas’ na História do Congo e Angola”, *Mare Liberum*, n. 18/19 (1999–2000), pp. 193-241 ; Beatrix Heintze, “Translocal ‘Kinship’ Relations in Central African Politics of the 19th Century”, in Ulrike Freitag e Achim von Oppen, *Translocality: The Study of Globalising Processes from a Southern Perspective* (Leiden: Brill, 2010), p. 189 . Para uma historiografia recente sobre a ascensão dos mbangalas, ver Thornton, *A History of West Central Africa to 1850*, pp. 103-106.

45 Alfredo Albuquerque Felner, *Angola: Apontamentos sobre a ocupação e início do estabelecimento dos Portugueses no Congo, Angola e Benguela, extraído de documentos históricos*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933, p. 207. De acordo com Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, v. 3, p. 400, o *kilombo* do Jaga Kasanje era formado por “inumerável gentio de diversas castas e linguagem que se não pode numerar”. Ver também Lima, *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguesas*, v. 3, 1846, p. xxxv, nota 1; Pinto, “Em torno de um problema de identidade”, pp. 193-241; Staller, “Rivalry and Reformation Politics”, p. 12.

46 Ravenstein, *The Strange Adventures of Andrew Battell of Leigh*, p. 149.

a mesma aparência em uma determinada terra, mesmo quando se tratava de grupos diferentes.⁴⁷ Por outro lado, é bem possível que os mbangalas também conhecessem histórias sobre as invasões jagas e usassem do temor que esse nome provocava a seu favor.⁴⁸

Devemos, portanto, procurar entender os diferentes usos do termo “jaga” a fim de minimizar a cacofonia encontrada em documentos históricos e em parte da historiografia. Primeiramente, havia os jagas “originais”, ou seja, os guerreiros responsáveis pela invasão de Mbanza-Kongo em 1568.⁴⁹ Com o tempo, “jaga” se tornou uma nomenclatura genérica em referência aqueles categorizados pelos portugueses como “guerreiros canibais”, especialmente mbangalas, mas também zimbab, sumbas, galas, gindes e outros grupos espalhados pelo continente africano. Como pontuou Ravenstein, o termo “Jaga” também se tornou título militar para chefes de *kilombos*, como no caso do Jaga Kasanje.⁵⁰ Além disso, o termo era por vezes utilizado de forma genérica para identificar quaisquer inimigos dos portugueses e luso-africanos, independentemente de sua origem.⁵¹

47 Thornton, “A Resurrection of the Jaga”, p. 224.

48 Como esclarece Beatrix Heintze, “Propaganda concerning ‘Man-Eaters’ in West-Central Africa in the Second Half of the Nineteenth Century”, *Paideuma: Mitteilungen zur Kulturkunde*, n. 49 (2003), p. 127, os guerreiros mbangalas, conhecedores do terror que as histórias sobre práticas canibais provocavam em seus inimigos, usavam tais lendas para alavancar suas negociações comerciais e diplomáticas.  Thomas J Desch-Obi, *Fighting for Honor: The History of African Martial Art Traditions in the Atlantic World*, Columbia: The University of South Carolina Press, 2008, p. 24, argumenta que as práticas simbólicas de infanticídio e canibalismo tornavam os mbangalas “não-humanos” ou “supra-humanos” aos olhos de seus oponentes, permitindo que esses guerreiros aterrorizassem e subjugassem seus oponentes sem grande resistência. Ver também Isabel Castro Henriques, *O pássaro do mel: Estudos de História Africana*, Lisboa: Colibri, 2006, pp. 39-56; Thornton, *A History of West Central Africa to 1850*, p. 201.

49 Thornton, “A Resurrection of the Jaga”, p. 226 aponta que as diferentes grafias para “jaga” derivadas das línguas portuguesa (Jaga), italiana (Giaga) e kikongo (Ayaka) apresentam clara conexão etimológica com o termo Yaka (na região entre Niara e Cuango).

50 Ravenstein, *The Strange Adventures of Andrew Battell of Leigh*, p. 149; Heintze, *Fontes para a história de Angola do século XVII*, v. 1, p. 63.

51 De acordo com Hilton, “The Jaga Reconsidered”, p. 197, os povos do Kongo usavam o termo “jaga” genericamente no sentido tanto de “estrangeiro”, quanto de “salteador”. Joseph C. Miller, “Central Africa During the Era of the Slave Trade, c. 1490-1850” in Linda M. Heywood (ed.), *Central Africans and Cultural Transformations in the*

Por fim, o termo podia ser usado para identificar outros tipos de mercenários africanos que vendiam seus serviços no interior de Angola e Benguela para comerciantes envolvidos na captura de escravos.⁵²

Em sua coleção *História Geral das Guerras Angolanas* (1680), António de Oliveira de Cadornega nos apresenta bons exemplos dos diferentes contextos e usos do termo “jaga”. Segundo ele, os portugueses tendiam a aliar-se aos “sobas”⁵³ contra os “jagas”,⁵⁴ mas a realidade provava-se bem mais complexa que isso.⁵⁵ Os portugueses, por vezes, dependiam do suporte de “jagas” do interior para sua proteção longe da costa e de seus centros de poder.⁵⁶ O Jaga Kasanje era um grande aliado comercial dos portugueses e lutou a seu lado contra outros grupos mbangalas como, por exemplo, aquele liderado pela rainha Njinga,⁵⁷ que comandava seu próprio

American Diaspora (Cambridge: Cambridge University Press, 2002), p. 50, nota 61, sugeriu que o termo “jaga” era usado em referência genérica à “resistência africana”, assim como o termo “quilombo”. Ver também Jan Vansina, “Quilombos on São Tomé, or in Search of Original Sources”, *History in Africa*, v. 23 (1996), pp. 453-459. .

52 António de Oliveira de Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas, 1680*, v. 2, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, [1680] 1972, p. 91.

53 Embora Cadornega não tenha explicado detalhadamente a diferença entre “sobas” e “jagas”, ele sugeriu que os primeiros eram os chefes hereditários com posições políticas definidas, enquanto os últimos eram guerreiros que haviam conquistado sua posição pela guerra: Childs, “The Peoples of Angola in the Seventeenth Century According to Cadornega”, p. 275.

54 Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, v. 2, [1680] 1972, pp. 582, 586.

55 Embora Mariana Candido, *An African Slaving Port and the Atlantic World: Benguela and its Hinterland*, New York: Cambridge University Press, 2013, pp. 57-60, afirme que os termos “jaga” e “soba” eram auto evidentes (*self-evident*) para o mundo português do século XVII, esse não parece ser o caso. Ela corretamente argumenta que o termo era aplicado pelos portugueses em referência a “inimigos sem nome”, mas ignora os casos em que os “jagas” eram seus aliados próximos. Em outro artigo, Mariana Candido, “Jagas e Sobas no Reino de Benguela: Vassalagem e criação de novas categorias políticas e sociais no contexto da expansão portuguesa na África durante os séculos XVI e XVII” in Alexandre Ribeiro, Alexsander Gebara e Marina Berthet (eds.), *África: histórias conectadas* (Niterói: PPGH-UFF, 2014), pp. 41-77, analisa o uso desses termos pela administração colonial em Caconda e argumenta que esses “conceitos são fluidos e polissêmicos” (p. 66), e que os portugueses os alternavam dependendo do estado de suas relações com o soba/jaga. Assim, “enquanto os sobas eram aliados, os jagas eram uma oposição à presença colonial” (p. 73). .

56 Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, v. 1, p. 424.

57 Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, v. 2, p. 591.

exército de “jagas” composto por guerreiros da Matamba.⁵⁸ É possível, portanto, encontrarmos referências sobre o “nosso jaga”,⁵⁹ assim como a distinção entre “jagas aliados” e “jagas inimigos”.⁶⁰ Alguns sobas, não obstante, eram considerados inimigos (sobas rebeldes), contra os quais os portugueses lutavam com a ajuda de “tropas de jagas”.⁶¹ Por vezes, os sobas também contratavam os serviços dos “jagas” que cruzavam suas terras para combater seus inimigos locais.⁶² Finalmente, é preciso lembrar que diversos grupos de “jagas” (ou seja, mbangalas) eram aliados comerciais dos portugueses e luso-africanos desde o século XVII.⁶³

No entanto, este intenso debate histórico sobre a existência dos jagas, suas origens e trajetórias no século XVI, solucionou apenas parcialmente a cacofonia sobre quem eram os guerreiros mbangalas que vagavam pelo interior do “reino” de Angola entre os séculos XVII e XVIII. Havia ainda a questão das relações ancestrais entre alguns guerreiros mbangalas, mais especificamente os “imbangalas de Kasanje”, com os povos da Lunda, através da migração de seu suposto herói fundador, Kinguri.⁶⁴ Exploradores portugueses coletaram essas tradições orais no século XIX,

58 Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, v. 2, p. 211.

59 Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, v. 3, p. 220.

60 Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, v. 2, p. 352. O historiador colonial angolano Ralph Delgado, *O Reino de Benguela: do descobrimento à criação do governo subalterno*, Lisboa: Ed. do Autor, 1945, pp. 70-71, por vezes também usa a expressão “Jaga aliado”.

61 Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, v. 2, pp. 42-43, registrou que o sargento-mor Diogo Gomes de Morales se utilizava dos serviços dos “jagas” em Benguela contra os “gentios” de Libolo.

62 Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, v. 2, p. 123.

63 Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, v. 2, p. 79

64 Um bom exemplo disso é o artigo de Pinto, “Em torno de um problema de identidade”, pp. 221-227, que analisa a história dos jagas que invadiram o Kongo no século XVI, diferenciando-os dos guerreiros “imbangalas”, mas ainda relacionando esses últimos às origens míticas nas terras da Lunda. A crença no “êxodo de Kinguri” levou o historiador a assumir (de forma perspicaz, mas incorreta) que alguns guerreiros originários da Lunda teriam adotado as práticas iniciáticas de sociedades guerreiras “ovimbundo” (ou seja, provenientes do planalto central angolano) centradas na instituição do *kilombo*, tornando-se assim “imbangalas”. A mesma questão pode ser encontrada em Macedo, “Jaga, Cannibalism and the ‘Guerra Preta’”, p. 15, embora este historiador dê mais atenção aos relatos de Cavazzi sobre as tradições recolhidas entre os mbangala de Matamba.

as quais historiadores do século XX confirmaram como sendo eventos históricos. Isso resultou em décadas de mal-entendidos sobre as origens de Kasanje e afetou os estudos sobre grupos mbangalas ao sul do Cuanza. Assim, o debate que se segue, sobre a queda do “êxodo de Kinguri” e a origem de Kasanje, nos serve como alerta para a complexidade em trabalharmos com tradições orais africanas.

Kasanje e as tradições orais sobre Kinguri

Ainda no século XVII e durante todo o século XVIII, diversos grupos mbangalas abandonaram sua vida nômade e a proibição do estabelecimento de linhagens dentro do *kilombo* (leis da *yijila*)⁶⁵ e lentamente diluíram-se dentre outras comunidades locais. Alguns guerreiros fixaram seus *kilombos* em regiões estratégicas e fundaram feiras, tornando-se grandes comerciantes. O grupo que se assentou em Kasanje, por exemplo, aos poucos forjou uma identidade própria, tornando-se os famosos “imbangalas”. Durante o século XVIII e grande parte do século XIX, os “imbangalas de Kasanje” se tornaram os principais intermediários entre os luso-africanos do “reino de Angola” e o império Lunda, provavelmente a maior entidade política na África Central antes do século XX.⁶⁶

O *kilombo* permanente de Kasanje se tornou a capital desses “imbangalas”. Eles construíram também um mercado (*pumbo*) afastado da capital, embora com o mesmo nome, evitando assim a presença de estrangeiros no *kilombo* e impedindo a passagem desses para as terras da

65 As *yijila* (singular *kijila*) eram leis do *kilombo* associadas à destruição da linhagem e da ancestralidade. Elas incluíam a proibição de procriação dentro do *kilombo* (evitando, assim, a ascensão de estruturas linhageiras), a qual os missionários europeus associavam a práticas de infanticídio. Ver João António Cavazzi, *Descrição histórica dos três reinos de Congo, Matamba e Angola*, Graciano Maria de Luguzzano (ed.), v. 1, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, [1687] 1965, p. 180. Ver também Miller, *Kings and Kinsmen*, pp. 162-163; Linda Heywood, *Njinga of Angola: Africa's Warrior Queen*. Cambridge: Harvard University Press, 2017, pp. 120-127.

66 Jan Vansina, “Government in Kasai before the Lunda”, *The international Journal of African Historical Studies*, v. 31, n. 1 (1998), pp. 1-22 .

Lunda.⁶⁷ Com essa estratégia, os “imbangalas de Kasanje” conseguiram evitar o avanço dos europeus para o leste, forçando sua posição como mediadores comerciais entre os mercadores portugueses e os povos da Lunda até a segunda metade do século XIX.⁶⁸

Durante o século XIX, vários mercadores e exploradores portugueses visitaram o *pumbo* de Kasanje,⁶⁹ incluindo Antônio Rodrigues Neves,⁷⁰ que recolheu uma das mais importantes versões das tradições orais sobre o “êxodo de Kinguri”. Ao final do século XIX, outra expedição, liderada por Henrique Dias de Carvalho, conseguiu adentrar aos estados

67 Birmingham, *Trade and Conflict in Angola*, p. 147. A feira de Kasanje foi atacada por forças luso-africanas em 1836 e, dois anos mais tarde, os invasores construíram o presídio de Duque de Bragança no caminho de acesso a Kasanje, em uma tentativa de controlar o fluxo das caravanas que atravessavam a região. Para mais sobre a feira de Kasanje, ver Jean-Luc Vellut, “Notes sur le Lunda et la frontiere Luso-Africaine, 1700-1900”, *Études d'Histoire Africaine*, n. 3 (1972), p. 94. Ver também José C. Curto, “Jeribita in the Relations Between the Colony of Angola and the Kingdom of Kasanje”, *Anais de História do Além-Mar*, v. XIV (2013), pp. 301-325 ; Isabel Castro Henriques, *Percursos da Modernidade em Angola: Dinâmicas Comerciais e Transformações Sociais no Século XIX*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1997, pp. 365-366.

68 Heintze, “Translocal ‘Kinship’ Relations in Central African Politics of the 19th Century”, p. 181; Curto, “Jeribita in the Relations Between the Colony of Angola and the Kingdom of Kasanje”, pp. 308-309.

69 A lista de exploradores europeus que visitaram e reportaram sobre Kasanje durante o século XIX inclui: Francisco José Maria de Lacerda, “Observações sobre a viagem da costa d’Angola a costa de Moçambique, 1797”, *Annaes Marítimos e Coloneaes*, 4ª série, parte não oficial, Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, pp. 187-214; José Rodrigues Graça, “Expedição ao Muatyanvua”, *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 9ª série, nos. 8-9, Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, pp. 367-468; Manuel Alves de Castro Francina, “Viagem a Cazengo pelo Quanza, e regresso por terra”, *Annaes do Consello Ultramarino*, parte não oficial, Série I, Lisboa: Imprensa Nacional, 1867, pp. 432-464; Schütt, *Reisen im Südwestlichen Becken des Congo*; Hermenegildo Capello e Roberto Ivens, *From Benguella to the Territory of Yacca, 1877-1880*, 2 Vols., London: Sampson, Low, Marston, Searle and Rivington, [1881] 1882. Há dúvidas se Douville realmente visitou todas as regiões que ele alegar ter visitado em Jean-Baptiste Douville, *Voyage au Congo et dans l’intérieur de l’Afrique Equinoxiale fait dans les années 1828, 1829 et 1830*, Paris: Jules Renouard Libraire, 1832. Para mais sobre a expedição de Douville, ver Joseph C. Miller, “A Note on Jean-Baptiste Douville”, *Cahiers d’Études africaines*, v. 13, n. 49 (1973), pp. 150-153.

70 Antônio Rodrigues Neves, *Memória da expedição a Cassange em 1850, África Occidental*, Lisboa: Silviana, 1854.

da Muatiânvua,⁷¹ onde também recolheu uma versão similar das tradições orais sobre Kinguri.⁷² Essas duas versões das tradições orais a respeito de Kinguri permanecem as principais fontes usadas por historiadores para estudar as “origens” de Kasanje. Portanto, há mérito em analisá-las mais detalhadamente.

Antônio Rodrigues Neves, que fez parte de uma expedição a Kasanje liderada por Francisco de Salles Ferreira em 1850, teve a rara oportunidade de testemunhar a instalação de um novo “Jaga”. Neves recolheu as tradições orais sobre a partida de Kinguri da Lunda diretamente dos *makota*⁷³ de Kasanje, bem como histórias sobre seus primeiros contatos com os portugueses, a quem eles ofereceram seus serviços de mercenários ainda no começo do século XVII. Essa aliança entre “imbangalas” e portugueses resultou, de acordo com essa tradição oral, na destruição do Ndongo e na subsequente fixação dos seguidores de Kinguri na região de Kasanje.⁷⁴

Já Henrique Dias de Carvalho, um dos primeiros exploradores europeus a adentrar os estados da Muatiânvua, recolheu a versão lunda para a tradição oral sobre a partida de Kinguri e sua posterior fixação no interior do “reino” de Angola.⁷⁵ Carvalho comandou uma expedição oficial patrocinada pelo estado colonial português às terras da Lunda (já então conhecida como Muatiânvua) entre 1884 e 1885. Sua expedição era também apoiada pela *Sociedade de Geographia de Lisboa*, instituição da qual se

71 Os estados da Muatiânvua formaram-se como o resultado da união entre os impérios Lunda e Luba, como recordado por tradições orais de diversos povos da África Central.

72 A tradição oral lunda sobre o exôdo de Kinguri foi coletada por Henrique Dias de Carvalho durante a sua expedição à Muatiânvua, entre 1884 e 1888: Henrique Augusto Dias de Carvalho, *Expedição Portuguesa a Muatiânvua, 1884-1888: Descrição da viagem à Mussumba do Muatiânvua, 4 Vols.*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890-94; Henrique Augusto Dias de Carvalho, *Ethnographia e história tradicional dos povos da Lunda*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, pp. 86-112. Ver também José de Oliveira Ferreira Diniz, *Populações Indígenas de Angola*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1918, pp. 119-123.

73 *Makota* eram anciãos ligados às estruturas linhageiras que serviam de conselheiros dos sobas: Heintze, *Fontes para a história de Angola do século XVII*, v. 1, p. 120.

74 Neves, *Memória da expedição a Cassange em 1850*.

75 Segundo Gordon, “The Quotidian Politics of a Love Story”, pp. 211-214, a versão das tradições orais dos lundas apresentada por Carvalho é um amálgama de tradições similares, mas diversas, difundidas entre os povos da Lunda e seus vizinhos.

tornou membro honorário e pela qual publicou seus primeiros relatórios sobre a expedição em 1886.⁷⁶

Após seu retorno para Portugal, Carvalho publicou uma coleção composta por quatro livros sobre a expedição à Muatiânvua.⁷⁷ Ele ainda procurou popularizar suas “aventuras” nos territórios africanos criando um jornal popular, *Africa Illustrada*, que definia como sendo “um archivo de conhecimentos úteis”. As tradições orais sobre Kinguri foram publicadas no primeiro volume de *Africa Illustrada* (1892), juntamente com informações sobre as características políticas, sociais e culturais dos povos da Lunda.⁷⁸

Segundo as tradições orais recolhidas por ambos Neves e Carvalho, a Lunda havia sido conquistada por outro grande reino da África Central, chamado Luba. Esse evento político está representado na tradição pelo casamento de Lweji (Ruwej), filha do soberano da Lunda, Yal Mak, com o caçador (*chibinda*) Ilunga da Luba. A criança nascida dessa união viria a se tornar o novo soberano da Lunda, fundador da dinastia dos Mwaant Yaav. Um dos irmãos de Lweji, Kinguri, teria se recusado a aceitar a nova dinastia e tornara-se o líder de um grupo de guerreiros dissidentes que fundariam diversos reinos nas atuais Zâmbia e Angola. Ondas subsequentes

76 Henrique Augusto Dias de Carvalho, “Expedição ao Muata Yanvo” (Cartas à Sociedade de Geographia), *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, Série. 6, n. 3 (1888), pp. 130-146.

77 Henrique Augusto Dias de Carvalho, *Expedição Portuguesa a Muatiânvua, 1884-1888: Descrição da viagem à Mussumba do Muatiânvua*, v. 1. *De Luanda a Cuango*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1890; Henrique Augusto Dias de Carvalho, *Expedição Portuguesa a Muatiânvua, 1884-1888: Descrição da viagem à Mussumba do Muatiânvua*, v. 2. *De Cuango ao Chipaca*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1892; Henrique Augusto Dias de Carvalho, *Expedição Portuguesa a Muatiânvua, 1884-1888: Descrição da viagem à Mussumba do Muatiânvua*, v. 3. *De Chipaca a Liembe*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1893; Henrique Augusto Dias de Carvalho, *Expedição Portuguesa a Muatiânvua, 1884-1888: Descrição da viagem à Mussumba do Muatiânvua*, v. 4. *De Lembe a Calanhi*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1894.

78 “Publicação especialmente dedicada aos artistas, operários, enfim às classes que no nosso Paiz trabalham, produzem, e procuram instruir-se sobre o que lhe é conveniente saber das terras de África”: Henrique Augusto Dias de Carvalho, *África Illustrada: Arquivo de conhecimentos uteis*, v. 1, n. 1 (1892). Para mais informações sobre a publicação *Africa Illustrada*, ver Bruna Oliveira Santiago, “Imprensa ilustrada em Portugal no pós-Ultimato: um estudo de caso do periódico *Africa Illustrada* (1892-1893)” in Carla Baptista et al. *Para um história do jornalismo em Portugal* (Lisboa: ICNova, 2021), pp. 96-110.

de migrações lideradas por aliados de Kinguri também teriam culminado na criação de uma nova série de reinos influenciados pelas tradições dos povos da Lunda.⁷⁹

As tradições orais sobre o “êxodo de Kinguri” e a convicção de que os “imbangalas de Kasanje” teriam vindo de terras da Lunda, a leste do rio Cuango, tornaram-se conhecimento partilhado entre exploradores e estudiosos de meados do século XIX em diante, que foi repassado aos etnógrafos de Angola no século XX, como no caso de José de Oliveira Diniz e José Redinha.

Diniz, um oficial colonial que ocupava a posição de Secretário dos Negócios Indígenas e Curador Geral da Província de Angola na década de 1910, escreveu um extenso livro (1918) sobre a população “indígena” de Angola, no qual dedicava uma secção inteira aos “bangalas”. Ele considerava todos os “bangalas” como descendentes diretos dos povos da Lunda – juntamente com os chokwes, luenas, shinjes, songos, minungos, bondos e holos – e defendia que os “bangalas” eram um exemplo perfeito de “tribo lunda”. Diniz considerava a variedade “étnica” dos povos “bangalas” uma consequência direta de intensos movimentos migratórios na África Central.⁸⁰

Para Redinha, os “bangalas” eram a combinação dos povos lundas com os libolos e gingas, os últimos sendo uma referência aos “imbangalas da Matamba” sob comando de Njinga. Ele acreditava que todos esses guerreiros nômades seriam seguidores de Kinguri, uma autoridade “lunda-tubungo”. O etnógrafo afirmou que, ainda no século XVII, os seguidores de Kinguri

79 Esses seriam estados “lundaizados” (*lundaized*, em inglês). De acordo com as tradições orais, depois da partida de Kinguri, vários nobres o seguiram ou foram enviados em sua busca, levando à fundação de diversos estados “lundaizados” em diversas partes da África Central e expandindo-se para a África Oriental e Centro-Occidental, incluindo o planalto central angolano: Joseph C. Miller, “The Imbangala and the Chronology of Early Central African History”, *The Journal of African History*, v. 13, n. 4 (1972), p. 558, nota 34; Thornton, “The Expansion of Lunda”, p. 14. Ver também Birmingham, “The Date and Significance of the Imbangala Invasion of Angola”, p. 143.

80 Diniz, *Populações Indígenas de Angola*, p. 97-119. Para uma análise similar, ver Beatrix Heintze, “The Extraordinary Journey of the Jaga through the Centuries: Critical Approaches to Precolonial Angolan Historical Sources”, *History in Africa*, v. 34 (2007), pp. 70-71. 

teriam se assentado no interior do “reino de Angola”, onde teriam se juntado aos jagas que invadiram o Kongo e, então, viajado por todo o interior da África Centro-Occidental. Redinha concluía que as variadas práticas culturais desses “bangalas” derivavam de sua condição “poli-étnica” e da mistura com os “jagas”. Ele também defendia que esse tipo de “civilização mista” estendia suas raízes em terras ao sul do rio Cuanza, ou seja, ao “reino de Benguela”.⁸¹

O debate historiográfico sobre Kinguri

Com a renovação da História da África, a partir da década de 1950, houve novo interesse nas tradições orais que tratavam sobre a expansão Lunda. O êxodo de Kinguri tornou-se de grande importância para o estudo de diversas unidades políticas da África Central, pois permitia que os historiadores fixassem datas aproximadas para a fundação da Lunda e de Kasanje, o que também proveu uma cronologia para as histórias dos povos de Yaka, Chokwe, Katanga, Shinje, Kazembe e outros que viviam nas cercanias do rio Cuango.

Em 1963, Vansina escreveu um artigo sobre a fundação de Kasanje, incorporando diferentes fontes e analisando de perto as duas mais importantes versões sobre a migração de Kinguri para o interior do “reino de Angola”: a história de Kasanje escrita por Neves (1854) e a expedição de Carvalho a Muatiânvua (1890). Ele acreditava que a combinação das tradições orais coletadas por Neves, Carvalho, e outros autores, com os relatórios coloniais e outras fontes escritas sobre os “imbangalas”, poderia gerar uma nova cronologia para o surgimento do Kasanje e a expansão dos povos da Lunda.⁸²

Seu primeiro passo foi avaliar a versão de Carvalho para o “êxodo de Kinguri” e o estabelecimento de relações comerciais com os portugueses sediados em Massangano e Luanda. Depois de servir como mercenário

81 José Redinha, *Coleção Etnográfica*, Luanda: Museu de Angola, 1955, pp. 22-23.

82 Jan Vansina, “The Foundation of the Kingdom of Kasanje”, *The Journal of African History*, v. 4, n. 3 (1963), p. 354.

para um governador português, identificado nas fontes orais apenas como Dom Manuel,⁸³ Kinguri teria se assentado com os seus guerreiros primeiramente nas terras de Mbaka, mas eles não teriam permanecido ali por muito tempo. Seu sobrinho, Kasanje, que o sucedeu depois de sua morte, mudou-se para terras desocupadas entre os rios Lui e Cuango, fundando ali um *kilombo* que levaria seu nome.⁸⁴ De acordo com essa versão, os seguidores de Kinguri tornaram-se “imbangalas” durante sua estadia em Mbaka, antes de terem se assentado em Kasanje. Vansina concluiu que essa versão da história de Kinguri não vinha de uma única fonte lunda, mas era uma reconstrução feita por Carvalho com base em informações que ele coletara tanto de lundas quanto de mbangalas.⁸⁵

A versão de Neves sobre a lenda de Kinguri, coletada em Kasanje, é muito mais rica em detalhes quando comparada àquela recolhida por Carvalho. Neves, por exemplo, incluiu os nomes de vários soberanos locais. Sua versão também incorporava mais informações pessoais sobre Kinguri, incluindo histórias sobre atos cruéis cometidos contra alguns de seus subordinados e relatos de como ele teria sido expulso da Lunda, e não apenas partido por conta própria. Nessa tradição “imbangala” coletada por Neves, Kinguri

83 É possível que Carvalho esteja se referindo ao governador Manuel Pereira Forjaz (1607-1611), que, segundo Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, v. 3, p. 222, aliou-se ao “Jaga” local nas “guerras de conquista”. Alguns historiadores, no entanto, acreditam que este Manuel possa ser apenas um comerciante português: Birmingham, “The Date and Significance of the Imbangala Invasion of Angola”, p. 148; Figueiredo, “Tradição, invenção, história”, p. 81. Há também a possibilidade de se referir a Manuel Cerveira Pereira, que foi duas vezes governador de Angola (1603-1606 e 1615-1617), além de o primeiro governador de Benguela (1617-1625) e que também ficou conhecido por utilizar dos serviços de mercenários mbangalas em suas expedições militares e escravistas: ver Estevam C. Thompson, “Herói Sórdido: Manuel Cerveira Pereira e a abertura do comércio de escravos em Benguela no início do século XVII” in Marçal Paredes e Tracy Lopes (orgs.), *Dossiê Angola: História, Memória e Identidades*, *Portuguese Studies Review*, v. 30, n. 2 (2022), pp. 113-136 .

84 Thornton, “The Expansion of Lunda”, p. 17, sugere que Kasanje não era sobrinho de Kinguri, levando em consideração o seu nome, Kasanje Kalunga ka Kinguri, que significaria “Kasanje, filho de Kalunga, descendente de Kinguri”, sendo Kinguri o ancestral mais antigo recordado desta linhagem.

85 Vansina, “The Foundation of the Kingdom of Kasanje” p. 358. Ver Carvalho, *Expedição Portuguesa a Muatiânvua*, 4 Vols.; Carvalho, *Ethnographia e história tradicional dos povos da Lunda*.

acabava assassinado por seus antigos aliados, que conspiraram contra ele por medo de sua crueldade. Seu sobrinho, Kasanje, depois de o suceder, teria feito contato com os portugueses e lutado a seu lado, mais tarde se assentando temporariamente na região de Mbaka. De acordo com essa tradição, Kasanje negociou com os portugueses para ocupar terras melhores, às margens do rio Cuango, onde acabou por fundar o *kilombo* com seu nome.⁸⁶

Além de mais completa do que a versão recolhida por Carvalho, a tradição oral apresentada por Neves para o “êxodo de Kinguri” traz importantes detalhes sobre o relacionamento entre os guerreiros de Kasanje e os portugueses, o que para Vansina conferia mais veracidade a essa versão. O historiador não estava convencido de que Kinguri teria pessoalmente feito contato com os portugueses, e acreditava que ele tinha morrido antes desses “imbangalas” terem trabalhado como mercenários para os comerciantes de escravos luso-africanos. Depois de analisar essas e outras versões da tradição oral sobre Kinguri, Vansina concluiu que a fundação da Muatiânvua havia ocorrido por volta de 1550, talvez antes, mas não depois de 1612. Ele então fixou datas para o “êxodo de Kinguri” (por volta do ano 1600) e para a fundação do reino de Kasanje (por volta de 1614).⁸⁷

Pouco depois, em um artigo sobre os jagas do Kongo, David Birmingham (1965) identificou os “imbangalas de Kasanje” como originários da Lunda, tendo posteriormente invadido territórios dos povos mbundu ao sul do reino do Kongo em meados do século XVI.⁸⁸ Neste mesmo ano, Birmingham escreveu uma resposta para a tentativa de Vansina de criar uma cronologia para a chegada dos “imbangalas” em Angola e a fundação do reino de Kasanje. Ele propôs uma outra cronologia para o contato inicial entre portugueses e “imbangalas”, retrocedendo essas datas de aproximadamente 1610 para 1575, logo antes da fundação do assentamento de

86 Neves, *Memória da expedição a Cassange em 1850*, p. 99. Como explica Vansina, “The Foundation of the Kingdom of Kasanje”, p. 372, os portugueses queriam que Kasanje se assentasse nas terras abandonadas pelo *ngola*, mas os mbangalas conheciam os infortúnios de viver sob a jurisdição de um presídio português.

87 Vansina, “The Foundation of the Kingdom of Kasanje”, pp. 372-373.

88 Birmingham, “Speculations on the Kingdom of Kongo”, p. 10.

São Paulo de Assumpção de Luanda. Novamente, a data de fundação do reino de Kasanje tornou-se de considerável importância para a história da África Central, incluindo os estados da Lunda e Luba.⁸⁹

Assim como Vansina, Birmingham fez uso de uma combinação de tradições orais lundas/mbangalas e de documentos escritos para desvendar a história dos povos da Lunda e dos descendentes de Kinguri. Ele prestou especial atenção às tradições coletadas por Neves diretamente dos “imban-galas de Kasanje”. Birmingham concluiu que o rótulo de “imbangala” teria vindo do nome de seu líder, Kinguri-kya-Bangala, conhecido também como o “rei de Benguela” pelos portugueses.⁹⁰ A combinação de tradições orais reportadas pelo jesuíta António Mendes (1563) e pelo capuchinho Giovanni Cavazzi (1680) o fez concluir que Kinguri havia morrido enquanto lutava contra o *ngola* do Ndongo, antes do estabelecimento dos portugueses na costa de Angola em 1575.⁹¹

No ano seguinte, Vansina publicou ainda outro artigo sobre os jagas, os mbangalas e os lundas. A essa altura, já estava claro que os jagas e os mbangalas não eram o mesmo grupo de guerreiros, embora ambos fossem vistos como originários de terras na margem oriental do rio Cuango. Os jagas haviam invadido Mbanza-Kongo em 1568, enquanto Kinguri e seus seguidores, Vansina reafirmava, só teriam entrado em contato com os portugueses por volta de 1610. O fato de que havia dois grandes movimentos migratórios saídos das terras da Lunda em um período de menos de cinquenta anos era um processo notável que exigia melhor explicação, Vansina concluiu. Ele concordava com Birmingham que Kinguri teria morrido antes do contato com os portugueses.⁹²

89 Birmingham, “The Date and Significance of the Imbangala Invasion of Angola”, p. 143.

90 Há um debate acadêmico entre historiadores especializados na África Centro-Occidental sobre quem seria o suposto “rei de Benguela”: Birmingham, “The Date and Significance of the Imbangala Invasion of Angola”, p. 146; Vansina, “More on the Invasions of Kongo and Angola”, pp. 425-426; Miller, “The Imbangala and the Chronology of Early Central African History”, pp. 549-574; Thornton, *A History of West Central Africa to 1850*, p. 130; Candido, *An African Slaving Port and the Atlantic World*, pp. 33, 37-38.

91 Birmingham, “The Date and Significance of the Imbangala Invasion of Angola”, pp. 144-146.

92 Vansina, “More on the Invasions of Kongo and Angola”, p. 421.

Birmingham e Vansina estabeleceram um longo debate sobre as conexões entre os “imbangalas de Kasanje” e os povos da Lunda, que começou com artigos publicados no *Journal of African History* e continuou com a publicação de seus livros sobre a história de Angola, ambos em 1966.⁹³ Os dois historiadores validaram as tradições orais sobre Kinguri coletadas no século XIX como as principais referências para esse debate acadêmico. Birmingham propôs a existência de duas ondas migratórias distintas a partir da Lunda. A primeira onda, ainda no século XVI, teria sido pouco organizada por grupos de guerreiros que, mais tarde, deram origem aos “imbangalas de Kasanje”. A segunda onda teria sido mais firmemente controlada e organizada sob a liderança do soberano da Lunda, Mwaant Yaav, no século XVIII.⁹⁴

Para Vansina, a tradição sobre o “êxodo de Kinguri” foi importante porque conectava as origens dos guerreiros de Kasanje às terras da Lunda e à posterior criação de seu *kilombo* na margem oeste do Cuango, eventos que podiam ser datados através de uma cronologia da atuação portuguesa no “reino de Angola”. Portanto, esses eventos históricos se tornaram uma “âncora historiográfica” que permitia o estabelecimento de uma cronologia para uma vasta região da África Central. Isso incluía a emergência do centro político dos povos da Lunda, o reino Ruund⁹⁵, assim como datas para o início da expansão Lunda, uma vez que a tradição oral sobre Kinguri tratava de ambos os processos históricos.⁹⁶

No final da década de 1960, Joseph C. Miller entrou nesse debate ao apresentar uma nova cronologia para a partida de Kinguri das terras

93 Jan Vansina, *Kingdoms of the Savanna*, Madison: University of Wisconsin Press, 1966; Birmingham, *Trade and Conflict in Angola*.

94 Birmingham, *Trade and Conflict in Angola*, pp. 147-150. Ver também John K. Thornton, “The Chronology and Causes of Lunda Expansion to the West, c. 1700-1852”, *Zambian Journal of History*, v. 1 (1981), p. 1.

95 De acordo com a definição de Jeffrey Hoover, “The Seduction of Ruweji: Reconstructing Ruund History. The Nuclear Lunda: Zaire, Angola, Zambia” (PhD Dissertation) Yale University, New Haven, 1978, p. xvii, os ruund são os “lunda nucleares”. O termo era usado pelos povos da Lunda para definir a sua língua, e acabou se tornando associado ao seu território central e à uma identidade “étnica”.

96 Jan Vansina, “It Never Happened: Kinguri’s Exodus and Its Consequences”, *History in Africa*, v. 25 (1998), p. 388. Ver também Vansina, “Quilombos on São Tomé, or in Search of Original Sources”, p. 453.

da Lunda. De acordo com a sua pesquisa, a migração de Kinguri teria ocorrido em fins do século XV e iniciado uma longa jornada pelo interior do continente até que seus seguidores se assentassem em Kasanje.⁹⁷ Embora Miller tenha dado grande importância para as tradições orais, ele não pôde ignorar outras fontes escritas a respeito de diferentes grupos de guerreiros mbangalas ao sul do rio Cuanza antes do século XVII.⁹⁸ Dentre elas, o testemunho de Andrew Battell sobre a presença de guerreiros mbangalas na margem sul do rio Cuvo na virada do século XVI para o XVII, assim como as referências sobre a presença de grupos mbangalas no planalto central (com as tradições sobre o *kilombo* de Temba Ndumba coletadas pelo padre capuchinho Giovanni Cavazzi na segunda metade do século XVII).

Portanto, apesar de as tradições orais afirmarem que Kinguri e seus seguidores haviam partido das terras da Lunda, a leste do rio Cuango, havia referências escritas sobre a presença de seus seguidores em territórios ao sul do rio Cuanza ainda no século XVI. Isso forçou Miller a retroceder sua cronologia para sua partida de Kinguri para o fim do século XV. Além disso, Miller acreditava que os seus seguidores não eram propriamente “imbangalas” antes de deixarem a Lunda. Portanto, ele dizia ser importante reconstruir a trajetória do “bando de Kinguri antes de eles se tornarem imbangalas”, o que o levou a concluir que esses guerreiros teriam vagado pelo interior dos “reinos” de Angola e Benguela por décadas, cruzando diversos territórios ao sul do Cuanza e depois subindo ao planalto central, antes de fazerem contato com os portugueses no “reino de Angola”. Desta forma, Miller defendia que esses guerreiros haviam verdadeiramente se tornado “imbangalas” em algum momento dessa trajetória, mas teriam preservado a memória sobre Kinguri e suas origens nas terras da Lunda.⁹⁹

97 Vansina, “It Never Happened”, p. 388, nota 4, destacou que essa cronologia sobre a partida de Kinguri em fins do século XV não está presente na tese de doutorado de Miller, da qual ele foi orientador, e em nenhum de seus livros posteriores.

98 Vansina, “On Ravenstein’s edition of Battell’s Adventures in Angola and Loango”, p. 346, admitiu que, na época, tanto ele quanto Miller tenderam a valorizar mais as tradições orais em detrimento das fontes escritas, como no caso do relato de Battell.

99 Miller, “The Imbangala and the Chronology of Early Central African History”, p. 570.

Com base em sua pesquisa, Miller alterou as datas para o “êxodo de Kinguri” e, consequentemente, a cronologia para a ascensão política dos povos da Lunda, bem como a data para a fundação de várias unidades políticas da África Central, como Songo e Chokwe. Ele concluiu que a partida de Kinguri da Lunda devia ter ocorrido ao menos na década de 1490. Consequentemente, a conquista dos lubas sobre os lundas, recordada na tradição pelo casamento de Lweji, teria acontecido ainda no século XV.¹⁰⁰

Enquanto os historiadores especializados em Angola discutiam sobre as datas do “êxodo de Kinguri” baseados nas tradições orais sobre Kasanje e nos documentos escritos portugueses, antropólogos dedicados ao estudo das grandes unidades políticas da África Central, incluindo Lunda e Luba, passaram a apontar problemas na cronologia estabelecida pelos historiadores. Dentre esses antropólogos, estavam Jean-Luc Vellut, Luc de Heusch e Christopher Wrigley.¹⁰¹

Jean-Luc Vellut (1972) publicou um longo artigo sobre a expansão Lunda baseado em então recentes evidências documentais que questionavam a cronologia proposta pelos historiadores. Vellut mostrou que a morte do Mwaant Yaav ocorreu em 1755 e, consequentemente, a expansão Lunda deveria ter ocorrido entre o final do século XVII e o começo do século XVIII, mas não antes disso.¹⁰² De forma a explicar essa discrepância,

100 Essa nova cronologia também afetava as datas para a fundação de outros “reinos” da África Central e Centro-Occidental: Miller, “The Imbangala and the Chronology of Early Central African History”, pp. 570-573.

101 Esse debate entre antropólogos, como Luc de Heusch e Christopher Wrigley, e historiadores, como Jan Vansina e Joseph Miller, incorporou uma discussão teórica mais ampla sobre a validade de ferramentas estruturalistas para a análise de tradições orais sobre os povos que ocupavam a África Central antes do século XX. Os historiadores criticaram as estruturas teleológicas presentes nas análises desses antropólogos sobre as tradições lundas e advogaram por uma abordagem histórica para as fontes orais e escritas disponíveis. Para mais sobre este debate e sobre a crítica histórica da metodologia estruturalista, ver Jan Vansina, “Is elegance proof? Structuralism and Africa History”, *History in Africa*, n. 10 (1983), pp. 307-348; Jan Vansina, “Bantu in a Crystal Ball, II”, *History in Africa*, v. 7 (1980), pp. 293-325. Ver também Roy Willis, “Translator’s introduction”, in Luc de Heusch, *The Drunken King or the Origin of the State* (Bloomington: Indiana University Press, [1980] 1982), p. vii-xiv; Miller, “Kings and Kinsmen”, p. 9. Para uma introdução ao estudo estruturalista dos mitos, ver Claude Lévi-Strauss, *Structural Anthropology*, New York: Basic Books, [1963] 1977, pp. 206-231.

102 Vellut, “Notes sur le Lunda et la frontiere Luso-Africaine”, pp. 75-76.

Vellut utilizou-se da tese de Birmingham sobre duas ondas migratórias diferentes, contemporizando que as referências que ele estava encontrando deviam ser da segunda onda migratória, controlada pelo Mwaant Yaav, enquanto a partida de Kinguri deveria ter ocorrido durante uma onda migratória anterior.

Ciente das conclusões de Miller de que indivíduos registrados com o mesmo nome nas genealogias poderiam representar diferentes gerações de soberanos partilhando o mesmo título perpétuo, Vellut concluiu que suas descobertas cronológicas não perturbavam a datação de Miller para a suposta primeira onda migratória da Lunda. O fato de a “irmã” de Kinguri na tradição ser a “mãe” do primeiro Mwaant Yaav não tinha, necessariamente, nenhuma significância cronológica, partindo do princípio de que esses eram títulos partilhados por múltiplos incumbentes e não apenas um único indivíduo.¹⁰³

De acordo com Vansina (1998), Miller ajustou a sua cronologia às conclusões de Vellut ao avançar a tese de dois movimentos migratórios distintos, o primeiro liderado pelo próprio Kinguri, e uma segunda onda no final do século XVII. Assim, Miller ajustava sua cronologia para a ascensão do Mwaant Yaav, enquanto confirmava a tradição sobre o “êxodo de Kinguri” como um registro histórico genuíno.¹⁰⁴ Em um artigo de 2007, Vansina lamentou que uma das mais importantes fontes sobre a expansão mbangala, o testemunho de Battell, não havia ainda sido seriamente examinado por acadêmicos dedicados ao debate sobre Kinguri e os mbangalas (incluindo ele mesmo) e que as fontes escritas “ficaram no banco de trás” quando comparadas às tradições orais.¹⁰⁵ Vejamos, portanto, as consequências dessa escolha.

103 Thornton, “The Chronology and Causes of Lunda Expansion”, p. 2. Para a visão de Vellut sobre o conceito de parentesco perpétuo, ver Vellut, “Notes sur le Lunda et la frontiere Luso-Africaine”, p. 65. Ver também Heintze, “Translocal ‘Kinship’ Relations in Central African Politics of the 19th Century”, pp. 184-185.

104 Vansina, “It Never Happened”, p. 389.

105 Vansina, “On Ravenstein’s edition of Battell’s Adventures in Angola and Loango”, p. 346. Ver também Miller, “Kings and Kinsmen”, *passim*. Thornton, “The Chronology and Causes of Lunda Expansion”, p. 2, fez uma crítica similar sobre a preferência de Miller pelas tradições orais recolhidas por ele entre os mbangalas já no século XX, em detrimento de fontes escritas mais antigas. Em um livro recente, Thornton, *A History of West*

A queda do “êxodo de Kinguri”

A validade das tradições orais sobre o “êxodo de Kinguri” da Lunda foi parcialmente questionada ainda na década de 1970, com a publicação do livro de Luc de Heusch (1971) sobre as tradições lundas. Nele, De Heusch discute a tradição de Kinguri tendo como base as tradições orais recolhidas por Carvalho e a discussão clássica entre Birmingham e Vansina. Como um discípulo de Claude Lévi-Strauss, ele fez uso de diversos conceitos estruturalistas (inversão, oposição, transformação) para “descobrir” o que ele considerava serem as “leis” que governavam as relações entre as tradições míticas de povos e culturas aparentemente distantes umas das outras, como no caso luba e dos “imbangalas de Kasanje”.¹⁰⁶

Apesar de sua metodologia, De Heusch não desconstruiu a historicidade dos eventos e a cronologia para a partida de um Kinguri real das terras da Lunda e para a ascensão dos “imbangalas”, assim como proposta pelos historiadores. De fato, ele concluiu que a tese sobre duas ondas migratórias saídas da Lunda era plausível e argumentou que os eventos históricos descritos pela tradição do “êxodo de Kinguri” e a subsequente ascensão do Mwaant Yaav levaram à fundação do reino Bemba na atual Zâmbia, território bastante distante das terras ocupadas pelos “imbangalas” em Kasanje. De Heusch apontou semelhanças entre as tradições orais sobre o surgimento do reino Bemba e as tradições de Kasanje, ambas contendo a mesma história sobre a união entre a “princesa” lunda e o caçador luba, e a consequente partida do irmão dela no comando de um grupo de guerreiros. Ou seja, a tradição sobre o êxodo de parte da população após essa união não eram exclusividade dos “imbangalas de Kasanje”.¹⁰⁷

Central Africa to 1850, p. 105, menciona as críticas de Vansina às “lendárias viagens de Kinguri”. Na mesma oportunidade, ele apresenta sua opinião sobre a possível região de ascensão dos grupos mbangalas como sendo o planalto central e suas “franjas”.

106 Willis, “Translator’s introduction”, pp. viii-ix.

107 Luc de Heusch, *The Drunken King or the Origin of the State*, Bloomington: Indiana University Press, [1980] 1982, pp. 228-229, 232.

Christopher Wrigley (1974), por sua vez, escreveu uma detalhada análise do livro de De Heusch, no qual criticava a aceitação da reconstrução histórica proposta por Vansina para o surgimento do Império Lunda e a tese da existência de duas ondas migratórias de Birmingham. Wrigley também criticou Miller pelo que chamou de “crença inquestionada” sobre a origem de Kasanje na Lunda, embora tenha elogiado a análise de Miller ao mostrar que “Kinguri” era um título perpétuo, e não necessariamente uma pessoa. Mais importante ainda, Wrigley mostrou que o termo “nguri” (leão) pertencia a um dialeto da língua mbundu, e não à língua lunda.¹⁰⁸ As tradições orais sobre as origens de Kinguri na margem oriental do rio Cuango (Lunda) deveriam, portanto, ser analisadas com suspeita, pois poderiam representar uma “fabricação mítica”.¹⁰⁹

Wrigley propôs que o êxodo de Kinguri não era um evento histórico, e que a tradição oral se referia à estrutura interna do Império Lunda, e não à fundação de unidades políticas externas. Assim, a versão “imbangala” para o êxodo de Kinguri deveria ser rejeitada, juntamente com toda a especulação cronológica associada a ela.¹¹⁰ A posição de Wrigley foi considerada extrema e foi fortemente criticada pelos historiadores.¹¹¹ Esse era um debate entre “expoentes do literalismo” contra defensores da “leitura simbólica” das narrativas africanas, com diferentes entendimentos sobre a existência histórica das personagens da tradição oral. Enquanto historiadores com Birmingham e Vansina interpretavam essas personagens como pessoas reais, os antropólogos estruturalistas, como De Heusch e

108 Wrigley deu uma importante contribuição ao introduzir o uso de fontes escritas de arquivos portugueses ao estudo antropológico (estruturalista) dos povos da África Central. Ver Hoover, “The Seduction of Ruweji”, p. 22.

109 Christopher C. Wrigley, “Myths of the Savanna”, *Journal of African History*, v. 15, n. 1 (1974), p. 134. Uma década mais tarde, Vansina, “It Never Happened”, p. 393, concordou com Wrigley que o êxodo de Kinguri era uma fabricação de ambos os “imbangalas” de Kasanje e os “ambaquistas”, ou seja, os luso-africanos do presídio de Ambaca (Mbaka).

110 Wrigley, “Myths of the Savanna”, pp. 134-135.

111 Para a resposta de Vansina às críticas de Wrigley, ver Jan Vansina, “Comment: Traditions of Genesis”, *Journal of African History*, v. 15, n. 2 (1974), pp. 317-322. Ver também Thornton, “The Chronology and Causes of Lunda Expansion”, p. 2.

Wrigley, tendiam a enxergar estruturas “quasi-matemáticas” escondidas sob narrativas míticas.¹¹²

Segundo a crítica dos estruturalistas, a pesquisa de Miller sobre os “imbangalas” já havia clarificado que Kinguri não era um indivíduo histórico, como os literalistas haviam suposto, mas um título perpétuo. O mesmo seria verdade para a “princesa” Lweji e o caçador-guerreiro Chibinda Ilunga, esse também conhecido como Lukonkesha na tradição “imbangala”.¹¹³ O trabalho de Miller, no entanto, reproduzia e reforçava a crença na existência histórica do “êxodo de Kinguri” e seu papel na ascensão dos “imbangalas de Kasanje”.

Em 1978, James Jeffrey Hoover defendeu sua dissertação de doutorado sobre o reino Ruund (Lunda), na qual ele analisava as tradições orais sobre Lweji e a ascensão do Mwaant Yaav. Hoover aceitou a tese de Miller sobre os títulos perpétuos, mas destacou a interpretação das tradições orais dos lundas/imbangalas como apenas “uma das reconstruções possíveis” sobre o processo histórico por trás da unificação entre Lunda e Luba. Hoover concluiu que Miller valeu-se de uma interpretação “metafórica” desses títulos perpétuos para poder retroceder as datas para a suposta partida de Kinguri da Lunda e para criar sua cronologia.¹¹⁴

Havia, no entanto, evidências para sugerir que o “irmão” de Lweji, na versão “imbangala” chamado de Kinguri, era uma adição relativamente recente às tradições da Lunda e de outros povos da região. Essas adições aconteceram quando os “imbangalas de Kasanje” se tornaram significativos

112 Willis, “Translator’s introduction”, p. vii-xiv. Para um exemplo sobre a abordagem estruturalista “quasi-matemática” para a interpretação dos mitos, ver Lévi-Strauss, *Structural Anthropology*, pp. 228-229.

113 Miller, “Kings and Kinsmen”, pp. 22, 115-239, 262, explica que as linhagens e a estrutura política dos “imbangalas” eram formadas por títulos perpétuos. Assim, novos líderes assumiriam esses títulos e os nomes de seus antecessores durante suas vidas e, depois, seriam substituídos por outros com mesmo nome e título. Os “imbangalas” acreditavam que os ocupantes dessas posições se tornavam, de fato, a pessoa a quem substituíam. Havia, inclusive, rituais específicos para fazer o novo ocupante da posição política tornar-se o seu antecessor, mudando inclusive a sua identidade. Dessa forma, o incumbente adquiriria traços da personalidade atribuída ao ocupante idealizado, tomando não somente o seu nome, mas sua posição na linhagem, suas relações de parentesco e sua posição social.

114 Hoover, “The Seduction of Ruwej”, pp. xvii, 168-172.

parceiros econômicos dos povos da Lunda. Hoover concluiu que a união entre Lweji e Ilunga não poderia ter ocorrido muito antes de 1620, por causa do uso da palavra estrangeira *yibwobw* (significando raízes de mandioca encharcadas). Assim, ele rejeitou a cronologia proposta por Miller em relação a partida de Kinguri no final do século XV.¹¹⁵

Hoover utilizou-se de dados linguísticos para concluir que a tradição oral sobre Kinguri havia sido introduzida entre os povos da Lunda por comerciantes de Kasanje no século XIX. Em sua interpretação, os “imbangalas” influenciaram os lundas a incorporar a lenda de Kinguri e, ao mesmo tempo, os Ruund teriam influenciado os “imbangalas” a rejeitar estruturas sociais baseadas na linhagem.¹¹⁶ Em sua dissertação de doutorado, Miller havia argumentado que os “proto-imbangalas” haviam abandonado as suas estruturas de linhagens ainda quando habitavam as margens do rio Cassai. Hoover elaborou sobre esse argumento de Miller para conjecturar que os “imbangalas de Kasanje” podiam estar “imitando” uma antiga prática dos povos da Lunda de negar estruturas sociais baseadas na linhagem quando criaram a regra contra o nascimento de crianças dentro do *kilombo*: “nada indica que esta revolução social foi uma inovação do bando de Kinguri”.¹¹⁷

Hoover identificou, portanto, adições do “êxodo de Kinguri” às tradições orais de ambos “imbangalas” e lundas, argumentando que tais adições tinham como objetivo estabelecer fortes laços culturais (e de parentesco) entre as partes, o que facilitaria o desenvolvimento de suas redes comerciais. Segundo Hoover, “grupos étnicos completos” não costumam se desenvolver a partir de um ancestral comum. Mais que um relato histórico, a tradição oral tinha como objetivo fortalecer as conexões entre o extenso Império Lunda da África Central com as redes comerciais de Kasanje a Oeste e, conseqüentemente, com os comerciantes luso-africanos sediados na costa atlântica.¹¹⁸

115 Hoover, “The Seduction of Ruwej”, pp. 214, 228.

116 Hoover, “The Seduction of Ruwej”, pp. 23-27, 212-213.

117 Hoover, “The Seduction of Ruwej”, p. 171.

118 Hoover, “The Seduction of Ruwej”, p. 213.

Thornton reforçou o argumento de Hoover lembrando que o missionário Cavazzi, que publicou sua obra na década de 1680, jamais havia mencionado os povos Lunda ou reportado sobre Kinguri e suas origens ao relatar as tradições de outro importante grupo mbangala, os guerreiros da Matamba. De acordo com o capuchinho, esses “imbangalas da Matamba” tinham sua origem no reino fundado por Zimbo (Njimbo) no planalto central, próximo a cabeceira do rio Cunene.¹¹⁹ Portanto, estava claro que, face a essas novas evidências, os historiadores deveriam abandonar as explicações que apontavam as origens de todos os mbangalas (ou “imbangalas”) nas terras da Lunda.¹²⁰ Quando Miller publicou seu *magnum opus* – *Way of Death* de 1988 – ele também já estava convencido de que os “imbangalas de Kasanje” não haviam partido da Lunda, mas suspeitava que teriam vindo do planalto central, de terras próximas ao vale do Cunene e depois descido das terras altas para o “reino de Angola”.¹²¹

Beatrix Heintze reafirmou, mais recentemente, que o “êxodo de Kinguri” foi uma adição do século XIX às tradições orais de Kasanje e dos povos da Lunda. Ela argumentou que sua intenção era criar uma conexão mítica entre a elite comercial de Kasanje e o Mwaant Yaav, e mostrou que a incorporação das tradições orais dos povos da Lunda ocorreu não somente por esses “imbangalas”, mas também entre outros povos, como os chokwes. Heintze concluiu que a presença de guerreiros mbangalas no reino de Angola pré-datava sua fixação em Kasanje, e que os diversos grupos mbangalas surgiram dentre comunidades pastoris do sul de Angola, não muito distante da costa.¹²²

Como Heintze explica, uma vez que a formação de laços de parentesco é um produto de processos históricos que foram embutidos em

119 Cavazzi, *Descrição histórica dos três reinos de Congo, Matamba e Angola*, v. 1, Livro VII.

120 Thornton, “The Chronology and Causes of Lunda Expansion”, p. 2.

121 Joseph C. Miller, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*, Madison: University of Wisconsin Press, 1988, pp. 28-30.

122 Heintze, “Translocal ‘Kinship’ Relations in Central African Politics of the 19th Century”, pp. 188-189.

contextos políticos específicos, seria um engano assumir que esses laços são “artefatos” de uma era passada. Pelo contrário, na maioria dos casos eles são construções políticas que estão sujeitas a mudança e podem ser adaptadas a novas situações políticas.¹²³ O mesmo ocorre com as tradições orais.

Como argumenta David Gordon, os povos da África Central e de seus arredores, governados por detentores de títulos vinculados por sistemas de sucessão posicional e parentesco perpétuo, tinham no ato de contar histórias (*story telling*) uma forma de governança. Assim, havia um uso estratégico e político dessas histórias. A união de Lweji e Ilunga, bem como o “êxodo de Kinguri”, eram narrativas que funcionavam como um ponto de equilíbrio, moderno e universal, permitindo as alianças entre os povos do leste de Angola com aqueles do além-Cassai no último quartel do século XIX.¹²⁴

O “êxodo de Kinguri” nunca existiu. Essa tradição oral surgiu entre as décadas de 1820 e 1840 entre os “imbangalas de Kasanje”, mas também entre outros povos da região, e se consolidou como “verdade” no começo do século XX.¹²⁵ Ela configura uma estratégia social para unificar Kasanje com os seus maiores parceiros comerciais no interior do continente.¹²⁶ Levou décadas, no entanto, para que os historiadores compreendessem e corrigissem esse erro, apesar de anos de debate teórico sobre a validade das tradições orais e sua equivalência (ou não) às fontes escritas.¹²⁷

123 Heintze, “Translocal ‘Kinship’ Relations in Central African Politics of the 19th Century”, p. 186.

124 Gordon, “The Quotidian Politics of a Love Story”, pp. 220.

125 Por volta da década de 1920, a tradição oral sobre o êxodo de Kinguri já estava amplamente difundida em toda a porção ocidental do Império Lunda: Vansina, “It Never Happened”, p. 402; Beatrix Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVII*, Viseu: Kilombelombe, 2007, pp. 77-78; Thornton, “The Expansion of the Lunda”, p. 18.

126 Heintze, “Translocal ‘Kinship’ Relations in Central African Politics of the 19th Century”, pp. 188-189, explica que, particularmente durante o século XIX, o estabelecimento de laços históricos entre os povos da Lunda e seus vizinhos era economicamente vantajoso para aqueles que procuravam privilégios comerciais e abertura de novas rotas de trocas. Uma vez que as populações da África Central e Centro-Occidental compreendiam e aceitavam as práticas culturais relacionadas à sucessão de posição e ao parentesco perpétuo, foram criados discursos históricos que conectavam os povos da Lunda aos seus parceiros comerciais através de histórias sobre uma ancestralidade comum.

127 Ao discutir a validade das tradições orais como documentos históricos, Jan Vansina, “A Tradição Oral e sua metodologia” in J. Ki-Zerbo (ed.), *História Geral da África*.

Considerações finais

A ascensão dos mbangalas e a expansão do seu modo de vida durante os séculos XVI e XVII estão entre os eventos históricos mais importantes da África Centro-Occidental nesse período, juntamente com a chegada e fixação de comerciantes portugueses na costa e os contatos estabelecidos com as populações locais. O relacionamento desenvolvido entre esses dois grupos – mercenários mbangalas e mercadores portugueses – permitiu a abertura e o desenvolvimento do comércio de escravos nos “reinos” de Angola e Benguela, transformando-os nos maiores centros exportadores de escravos da história do Atlântico Sul.

Ainda no século XVII e durante todo o século XVIII, os diversos grupos de guerreiros mbangalas que habitavam essas regiões adaptaram-se, de diferentes formas, às transformações resultantes do estabelecimento de assentamentos coloniais luso-africanos na costa atlântica. Enquanto alguns grupos mantiveram tradições antigas de nomadismo e negação da linhagem, outros se assentaram e se diluíram em meio às comunidades tradicionais locais, formando linhagens próprias e desenvolvendo laços de parentesco com grupos vizinhos. Outros ainda, como no caso dos “imbangalas de Kasanje”, se tornaram grandes comerciantes e acabaram por formar uma identidade própria, tornando-se personagens históricos de absoluta relevância.

A ascensão dos mbangalas e do seu culto marcial (*kilombo*) no século XVI promoveu rupturas sociais, políticas e religiosas nas comunidades agropastoris de base linhageira que ocupavam esses territórios desde o século XV. A destruição causada por esses guerreiros nômades, combinada aos desafios impostos pelo meio-ambiente na região (com seus longos períodos

Volume I – Metodologia e Pré-História (Brasília: UNESCO, [1981] 2010), p. 160, alertou sobre possíveis interpolações e adições às tradições orais, mencionando, especificamente, o caso dos “imbangalas” do Kasanje: “Na prática, caravanas de comerciantes, como as dos imbangala de Angola, ou talvez as dos Diula e dos Haussa, podem ter levado consigo fragmentos de história, que foram incorporados à história local por encontrar terreno apropriado. No início do período colonial estabeleceram-se vínculos entre representantes de diferentes grupos, que trocaram informações a respeito de suas tradições”.

de seca), criaram o cenário perfeito para o desenvolvimento do comércio de escravos em Benguela no século XVII. Alguns dos grupos de guerreiros mbangalas que vagavam pelo interior tornaram-se parceiros dos comerciantes de escravos portugueses e luso-africanos e, ao mesmo tempo, uma justificativa conveniente para as atividades militares e escravistas dos estrangeiros na região.

Este artigo teve como um de seus objetivos clarificar quem eram os mbangalas que habitavam a África Centro-Occidental entre os séculos XVII e XVIII e apontar os erros históricos relacionados à sua composição. Primeiramente, é necessário diferenciá-los de outros grupos de guerreiros supostamente “canibais” que habitavam diferentes partes do continente africano: zimbabue, sumbe, gindes, galas, e mais especificamente, os jagas do Kongo. Fruto de um debate historiográfico que perdurou décadas (se não séculos), a separação entre jagas e mbangalas foi fundamental para a compreensão da importância e dimensão de ambos para a história da África Centro-Occidental. Os historiadores envolvidos com esse debate concluíram que a maioria das referências aos “jagas” entre os séculos XVII e XIX são, na verdade, referências a grupos de guerreiros mbangalas e seus *kilombos*.

Dessa forma, este artigo também problematizou o uso do termo “jaga” em documentos e mapas históricos, bem como em grande parte da historiografia, mostrando que devemos ter cuidado para identificar quem realmente são os “jagas” aos quais eles se referem. Portugueses e luso-africanos, responsáveis pela expulsão daqueles “jagas” que de fato invadiram Mbanza-Kongo em 1568, passaram a utilizar esse termo para identificar outros guerreiros africanos com quem tiveram conflitos, em especial os guerreiros mbangalas, dando origem a séculos de confusão sobre suas identidades. Com o tempo, o termo “jaga” foi banalizado e passou a identificar quaisquer inimigos dos portugueses e luso-africanos, independentemente de suas origens. Ao mesmo tempo, os líderes mbangalas, conhecedores do temor que esse nome impunha aos demais habitantes da região, apoderaram-se do termo como um título militar e de nobreza, sinônimo de “chefe do *kilombo*”.

Por fim, este artigo tratou das tradições orais sobre o “êxodo de Kinguri” e a sua queda como narrativa histórica para explicar a origem dos

“mbangalas de Kasanje”. Eu procurei diferenciar esses “mbangalas” dos demais grupos de mbangalas espalhados por diversos *kilombos* da África Centro-Occidental. Os “mbangalas de Kasanje” forjaram tradições orais sobre seu herói fundador, Kinguri, que os conectavam ancestralmente aos povos da Lunda. Casos semelhantes podem ser encontrados entre outros povos “descendentes” dos lundas. Essas tradições orais, recolhidas por exploradores portugueses no século XIX e posteriormente validadas por historiadores do século XX, consolidaram-se como as principais fontes para a história de Kasanje e, supostamente, de todos os outros grupos mbangalas, apesar da existência de fontes escritas contraditórias e dos alertas de antropólogos sobre sua veracidade.

A queda do “êxodo de Kinguri”, ou seja, o abandono das tradições orais sobre as origens dos “mbangalas” nas terras da Lunda, deixou um enorme vácuo na historiografia da África Centro-Occidental e levantou problemas em relação à cronologia previamente estabelecida para importantes unidades políticas da África Central, uma vez que o estabelecimento de contatos entre mercenários mbangalas e mercadores luso-africanos serviu como base para a construção de tais cronologias. O fascínio de grandes historiadores pela tradição oral, em detrimento de outras fontes, permitiu a perpetuação dessa adição à tradição dos povos da Lunda como sendo um evento histórico. Mesmo outras tradições orais de grande importância que contradiziam essa narrativa de Kasanje, como no caso das tradições dos guerreiros “mbangalas da Matamba”, não foram capazes de quebrar com esse fascínio imposto pelo “êxodo de Kinguri”, perpetuando décadas de erros históricos. Mitos legitimados como eventos históricos, graças ao peso da autoridade de anciãos e acadêmicos.

Recebido em 17 abr. 2024

Aprovado em 4 set. 2024

doi: 10.9771/aa.v0i71.60706

Este artigo discute a composição dos grupos de guerreiros mbangalas que habitavam a África Centro-Occidental entre os séculos XVII e XVIII, diferenciando-os de outros grupos de guerreiros nômades, como os jagas que invadiram o Kongo no século XVI. O artigo procura problematizar os diversos usos do termo “jaga” pelos luso-africanos e sua adoção pelos líderes mbangalas como um título militar e de nobreza. Por fim, este artigo analisa as tradições orais sobre o “êxodo de Kinguri” e sua queda como narrativa histórica sobre os “imbangalas de Kasanje”, procurando diferenciá-los dos demais grupos de mbangalas espalhados pelo interior da África Centro-Occidental. A queda do “êxodo de Kinguri” deixou um enorme vácuo na historiografia e comprometeu a cronologia previamente estabelecida para importantes unidades políticas da África Central. Este episódio serve de alerta a historiadores africanistas sobre os riscos em validar tradições orais como eventos históricos sem um profundo conhecimento sobre sua gênese.

Palavras-chave: Imbangala, Jaga, Kinguri, Kasanje, Lunda.

N SEARCH OF THE MBANGALA: REVISITING COLONIAL SOURCES AND HISTORIOGRAPHY IN THE SEVENTEENTH CENTURY AND BEYOND

This article discusses the composition of Mbangala warrior bands who inhabited West Central Africa between the 17th and 18th centuries, distinguishing them from other groups of nomadic warriors, such as the Jagas, who invaded Kongo in the 16th century. The article seeks to problematize the various uses of the term “Jaga” by Luso-Africans and its adoption by Mbangala leaders as a military and nobility title. Finally, the paper analyzes oral traditions about the “exodus of Kinguri” and its downfall as a historical narrative about the “imbangalas of Kasanje”, seeking to differentiate them from other Mbangala groups of scattered throughout the interior of West Central Africa. The fall of the “exodus of Kinguri” left a significant gap in the historiography and compromised the previously established chronology for important political units in Central Africa. This episode serves as a warning to Africanist historians about the risks of validating oral traditions as historical events without a deep understanding of their genesis.

Keywords: Imbangala, Jaga, Kinguri, Kasanje, Lunda.